

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - MAPA

Departamento de Saúde Animal - DSA

Coordenação Geral de Planejamento em Saúde Animal - CGPSA

Coordenação de Avaliação dos Serviços Veterinários Oficiais – CASV



## Ferramenta de Avaliação da Qualidade dos Serviços Veterinários

Programa de Avaliação da Qualidade e Aperfeiçoamento dos Serviços Veterinários - Quali-SV

Brasília, versão junho de 2025

**Sumário**

1.1. Recursos humanos.....	4
1.1.1. Quantitativo e distribuição .....	4
1.1.2. Estabilidade das estruturas e sustentabilidade das políticas sanitárias .....	5
1.1.3. Capacitação técnica e educação continuada.....	6
1.1.4. Competência e independência técnica .....	8
1.2 Recursos físicos.....	9
1.2.1. Instalações .....	9
1.2.2. Equipamentos e acesso à comunicação .....	11
1.2.3. Transportes.....	12
1.3 Recursos Financeiros .....	13
Recursos para custeio e investimento (fontes de verificação gerais).....	13
1.3.1. Recursos para investimentos.....	14
1.3.2. Recursos para custeio .....	15
1.3.3. Fundos em saúde animal.....	16
2.1. Estrutura Organizacional .....	18
2.1.1. Estrutura organizacional e capacidade de coordenação interna .....	18
2.2. Autoridade e gestão da qualidade .....	20
2.2.1. Base legal, regulamentação, aplicação da legislação, manuais e POP .....	20
2.2.2. Organização dos processos e unidades .....	21
2.2.3. Supervisão e controle interno .....	23
2.3. Capacidade técnica e operacional .....	25
2.3.1. Sistema Informatizado para cadastro, movimentação e demais controles.....	25

2.3.2. Controle de cadastro de estabelecimentos agropecuários, proprietários, produtores e explorações pecuárias de animais .....	27
2.3.3. Controle da movimentação de animais (terrestres e aquáticos), produtos, subprodutos e resíduos de origem animal, identificação e rastreabilidade .....	29
2.3.4. Fiscalização do trânsito e controle de divisas e fronteiras .....	30
2.3.5. Controle de eventos e aglomerações .....	32
2.3.6. Produtos de uso veterinário .....	33
2.3.7. Planejamento e direcionamento da vigilância veterinária.....	35
2.3.8. Capacidade para detecção precoce e rápido atendimento a suspeitas de doenças de notificação imediata .....	38
2.3.9. Capacidade para atuação em emergências zoossanitárias .....	39
2.3.10. Diagnóstico laboratorial e envio de amostras .....	41
2.3.11. Sistema de Informação em Zoossanitária e Epidemiologia (estrutura, organização e funcionamento).....	43
3.1. Interação com a comunidade .....	45
3.1.1. Educação e comunicação em saúde animal .....	45
3.1.2. Participação da comunidade e consulta às partes interessadas .....	46
3.2. Interação com os médicos veterinários.....	48
3.2.1. Habilitação e cadastramento dos médicos veterinários.....	48
3.3. Interação com instituições.....	49
3.3.1. Sistema de inspeção .....	49
3.3.2. Sistema Único de Saúde (zoonoses) .....	51

## 1.1. Recursos humanos

### 1.1.1. Quantitativo e distribuição

Quadro adequado de pessoal do SVE de modo a permitir que as funções técnicas e administrativas em geral sejam desempenhadas efetiva e eficientemente.

Níveis de avanço		Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Quantitativo de pessoal (aux. administrativos, aux. técnicos e MVs) insuficiente;</li><li>✓ Distribuição de pessoal na UC e nas unidades descentralizadas inadequada;</li><li>✓ Ausência de critérios implementados para remoções e distribuição de pessoal;</li><li>✓ Ausência de política implementada de reposição de pessoal.</li></ul>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Quantos médicos veterinários (MVs), auxiliares técnicos e administrativos existem? Quantos são cedidos por prefeituras, outros órgãos estaduais ou instituições privadas? Trabalham exclusivamente em saúde animal?</li></ol>
2	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Quantitativo de pessoal (aux. administrativos, aux. técnicos e MVs) suficiente;</li><li>✓ Distribuição de pessoal na UC e nas unidades descentralizadas inadequada;</li><li>✓ Ausência de critérios implementados para remoções e distribuição de pessoal;</li><li>✓ Ausência de política implementada de reposição de pessoal.</li></ul>	<ol style="list-style-type: none"><li>2. Como é a distribuição dos servidores na UC, URs, UVLs, EACs, PFs, laboratórios (se houver)? A distribuição dos servidores está adequada em relação ao nº de unidades e demandas do SVE?</li></ol>
3	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Quantitativo de pessoal (aux. administrativos, aux. técnicos e MVs) suficiente;</li><li>✓ Distribuição de pessoal na UC e nas unidades descentralizadas adequada;</li><li>✓ Critérios regulamentados para remoções e distribuição de pessoal, mas não implementados;</li><li>✓ Política de reposição de pessoal regulamentada, mas não implementada.</li></ul>	<ol style="list-style-type: none"><li>3. Possui critérios regulamentados para as remoções e distribuição dos servidores? Os critérios estão implementados?</li><li>4. Possui política de reposição e lotação de pessoal regulamentada? Tal política está implementada? Quando ocorreu o último concurso e qual sua validade? Há previsão de novas contratações nos próximos 12-24 meses?</li></ol>
4	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Quantitativo de pessoal (aux. administrativos, aux. técnicos e MVs) suficiente;</li><li>✓ Distribuição de pessoal na UC e nas unidades descentralizadas adequada;</li><li>✓ Critérios para remoções e distribuição de pessoal regulamentados e implementados;</li><li>✓ Política de reposição de pessoal regulamentada, mas não implementada.</li></ul>	<ol style="list-style-type: none"><li>5. O quadro de servidores atende às necessidades da instituição?</li></ol>
5	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Quantitativo de pessoal (aux. administrativos, aux. técnicos e MVs) suficiente;</li><li>✓ Distribuição de pessoal na UC e nas unidades descentralizadas adequada;</li><li>✓ Critérios para remoções e distribuição de pessoal regulamentados e implementados;</li><li>✓ Política de reposição de pessoal regulamentada e implementada.</li></ul>	<ol style="list-style-type: none"><li>6. Quantidade de cargos disponíveis na legislação atende as necessidades atuais do órgão?</li></ol>

## 1.1. Recursos humanos

### 1.1.2. Estabilidade das estruturas e sustentabilidade das políticas sanitárias

Capacidade da estrutura e/ou liderança do SVE para implementar e sustentar políticas de atuação ao longo do tempo.

Níveis de avanço		Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Alterações frequentes (anual) na estrutura, cargos de gestão ou chefia técnica e administrativa;</li><li>✓ Percentual de pessoal efetivo nos níveis técnicos até de 50%;</li><li>✓ Ausência de iniciativas para atratividade e permanência de servidores;</li><li>✓ Alta rotatividade na UC e em UVLs;</li><li>✓ Ausência de critérios implementados para ocupação de cargos e funções.</li></ul>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Quando foram realizadas as duas últimas alterações na estrutura/organograma do órgão?</li><li>2. Quando foram realizadas as duas últimas alterações de gestores/chefias do órgão?</li></ol>
2	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Alterações frequente (anual) na estrutura, cargos de gestão ou chefia técnica e administrativa;</li><li>✓ Percentual de pessoal efetivo nos níveis técnicos entre 51-70%;</li><li>✓ Iniciativas para atratividade e permanência de servidores não garantem a permanência;</li><li>✓ Alta rotatividade na UC e em UVLs;</li><li>✓ Ausência de critérios implementados para ocupação de cargos e funções.</li></ul>	<ol style="list-style-type: none"><li>3. Qual o percentual de pessoal do corpo técnico (se refere a MVs e técnicos em agropecuária (auxiliares) com vínculo efetivo com o SVE? Dentre os efetivos, qual o percentual de funcionários cedidos? Qual a formação profissional dos funcionários cedidos?</li><li>4. São oferecidos incentivos aos servidores (remuneração, plano de carreira, benefícios, gratificações por produtividade, adicional por localidade de difícil provimento, adicional por cargos de chefia, outros)?</li></ol>
3	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Alterações eventuais (a cada 2-3 anos) na estrutura, cargos de gestão; ou chefia técnica e administrativa com mudanças substanciais;</li><li>✓ Percentual de pessoal efetivo nos níveis técnicos entre 51-70%;</li><li>✓ Iniciativas para atratividade e permanência de servidores garantem a permanência na maioria das unidades;</li><li>✓ Baixa rotatividade, ocorrendo mais na UC e em poucas UVLs;</li><li>✓ Critérios para ocupação de cargos e funções regulamentados, mas não implementados.</li></ul>	<ol style="list-style-type: none"><li>5. Há procedimentos de avaliação do desempenho para subsidiar alterações nos cargos de gestão (ex: indicadores, avaliação por chefias, avaliação de conhecimentos, supervisões ou outros)?</li><li>6. Ocorre rotatividade na UC, URs e UVLs? (Verificar tempo médio nas funções ou cargos.)</li></ol>
4	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Alterações eventuais (a cada 2-3 anos) na estrutura, cargos de gestão ou chefia técnica e administrativa e sem mudanças substanciais;</li><li>✓ Percentual de pessoal efetivo nos níveis técnicos entre 71-90%;</li><li>✓ Iniciativas para atratividade e permanência de servidores garantem a permanência, inclusive em áreas ou unidades de difícil provimento;</li></ul>	<ol style="list-style-type: none"><li>7. Qual a perspectiva de sustentabilidade do quadro de servidores? (Verificar porcentagem de MVs, aux. técnicos e administrativos que possuem tempo para aposentadoria nos próximos 5 anos)</li></ol>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Baixa rotatividade, ocorrendo somente na UC;</li> <li>✓ Critérios para ocupação de cargos e funções regulamentados, mas não implementados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>8. As nomeações para cargos de comando (gestores/chefias) nos diversos níveis observam critérios previamente definidos e instituídos oficialmente (mesmo que internamente por portaria ou algo similar)?</li> </ul>
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Alterações raras (a cada 4 anos) na estrutura, cargos de gestão ou chefia técnica e administrativa e sem mudanças substanciais;</li> <li>✓ Percentual de pessoal efetivo nos níveis técnicos acima de 90%;</li> <li>✓ Iniciativas para atratividade e permanência de servidores garantem a permanência, inclusive em áreas ou unidades de difícil provimento;</li> <li>✓ Rotatividade não interfere na estabilidade;</li> <li>✓ Critérios para ocupação de cargos e funções regulamentados e implementados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>9. Há evidências de descontinuidades ou alterações negativas no desenvolvimento de atividades do órgão causadas por mudanças na gestão/coordenação sem critérios adequados?</li> </ul>

### 1.1. Recursos humanos

#### 1.1.3. Capacitação técnica e educação continuada

Capacidade do SVE de manter e melhorar as competências de seu quadro de pessoal - implementação de um programa relevante de treinamento regular nos diversos temas de interesse.

Níveis de avanço		Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Auxiliares administrativos não têm acesso a eventos de capacitação em sua área de atuação;</li> <li>✓ MVs e auxiliares técnicos têm acesso esporádico a eventos de capacitação em sua área de atuação, sem atendimento de suas necessidades de trabalho;</li> <li>✓ Ausência de critérios para participação de MVs e auxiliares técnicos e administrativos em eventos de capacitação;</li> <li>✓ Ausência de programa de capacitação implementado; Ausência de avaliação regular do programa de capacitação implementado (retroalimentação).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1. Quais as capacitações relacionadas à saúde animal?</li> </ul> <p>Verificar: Lista de programas de formação; conteúdo dos cursos <b>nos últimos quatro anos</b>; listas de participantes; avaliações dos programas de formação.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>2. Quais são os critérios aplicados para seleção de participantes aos eventos ou capacitações técnicas e administrativas? (reuniões, palestras, treinamentos, cursos, simulados etc.)</li> </ul>
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ MVs, auxiliares técnicos e administrativos têm acesso esporádico a eventos de capacitação em sua área de atuação, sem atendimento às suas necessidades de trabalho;</li> <li>✓ Ausência de definição de critérios para participação dos MVs; auxiliares técnicos e administrativos em eventos de capacitação;</li> <li>✓ Ausência de programa de capacitação implementado;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>3. Após contratação ou mudança de função, há programa de treinamento específico para início das funções (para a verificação do atendimento às necessidades do SVE e critério de seleção)?</li> <li>4. Existe programa organizado de capacitação do pessoal (incluindo atividades adm., tecnológicas, transversais comuns a programas sanitários, específicas ou particulares de programas sanitários)</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de avaliação regular do programa de capacitação implementado (retroalimentação).</li> </ul>	elaborado considerando as prioridades e deficiências do SVE, de acordo com as capacidades operacional e financeira, com plano anual, metas e acompanhamento de execução e desempenho?
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ MVs, auxiliares técnicos e administrativos têm acesso esporádico a eventos de capacitação em sua área de atuação, com atendimento parcial de suas necessidades de trabalho;</li> <li>✓ Critérios definidos para participação dos MVs e auxiliares técnicos e administrativos em eventos de capacitação;</li> <li>✓ Programa de capacitação implementado atendendo parte dos programas sanitários;</li> <li>✓ Ausência de avaliação regular do programa de capacitação implementado (retroalimentação).</li> </ul>	<p>Considerar capacitação para atividades administrativas, transversais (cadastramentos, fiscalizações, vigilância ativa, atendimento a notificações de suspeitas que atenda a todos os programas), tecnológicas (uso de ferramentas ou sistemas eletrônicos), específicas de programas sanitários, outras. Obs.: capacitação para atendimento a emergência avaliado no item 2.3.9</p> <p>5. O programa é atualizado em consonância com as necessidades do SVE?</p> <p>6. Há evidência de avaliação de desempenho, retroalimentação e atualização de planos de formação para as áreas técnicas e administrativas?</p>
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ MVs, auxiliares técnicos e administrativos têm acesso frequente a eventos de capacitação em sua área de atuação, com atendimento de suas necessidades de trabalho;</li> <li>✓ Critérios definidos para participação dos MVs, auxiliares técnicos e administrativos em eventos de capacitação;</li> <li>✓ Programa de capacitação implementado atendendo a todos os programas sanitários;</li> <li>✓ Ausência de avaliação regular do programa de capacitação implementado (retroalimentação.).</li> </ul>	
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ MVs, auxiliares técnicos e administrativos têm acesso frequente a eventos de capacitação em sua área de atuação, com atendimento de suas necessidades de trabalho;</li> <li>✓ Critérios definidos para participação dos MVs, auxiliares técnicos e administrativos em eventos de capacitação;</li> <li>✓ Programa de capacitação implementado atendendo a todos os programas sanitários;</li> <li>✓ Avaliação regular do programa de capacitação implementado (retroalimentação).</li> </ul>	

## 1.1. Recursos humanos

### 1.1.4. Competência e independência técnica

Capacidade do SV para desempenhar suas atribuições técnicas eficientemente, medida pela qualificação de seu quadro, com autonomia e livre de influências comerciais, financeiras, hierárquicas e políticas que possam afetar as decisões técnicas de forma que contrarie as disposições da OMSA (e do Acordo SPS da OMC, quando pertinente).

Níveis de avanço		Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de fundamentação técnica e legal para a tomada de decisões;</li> <li>✓ Interferência frequente de fatores alheios à base técnica;</li> <li>✓ Evidências de conflito de interesses;</li> <li>✓ Frequentes revisões e modificações de legislação ou normas em função de considerações não técnicas;</li> <li>✓ Ausência de independência técnica e formação adequada dos cargos de comando;</li> <li>✓ Ausência de mapeamento e gestão de riscos implementada aos processos de saúde animal.</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Há evidências ou histórico de interferências negativas sobre o desempenho das atividades de servidores? (p.ex.: omitir, suspender ou cancelar autos de infração, autorizar evento em condição irregular, adotar atitude contrária ao previsto em legislação, entrada de animais em recintos de aglomeração sem documentação, desinterdição de propriedades com descumprimento da legislação, outros.)</li> <li>2. Os gestores interferem de forma negativa em ações técnicas dos MVs e auxiliares?</li> </ol>
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fundamentação técnica e legal para a tomada de decisões;</li> <li>✓ Interferência frequente de fatores alheios à base técnica;</li> <li>✓ Eventuais evidências de conflito de interesses;</li> <li>✓ Frequentes revisões e modificações de legislação ou normas em função de considerações não técnicas;</li> <li>✓ Ausência de independência técnica e formação adequada dos cargos de comando;</li> <li>✓ Ausência de mapeamento e gestão de riscos implementada aos processos de saúde animal.</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>3. Há exemplos de processos de elaboração ou revogação de atos normativos nos últimos anos por interferências políticas ou externas negativas?</li> <li>4. Existem evidências de que alguma legislação ou norma foi alterada em função de razões não técnicas?</li> </ol>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fundamentação técnica e legal para a tomada de decisões;</li> <li>✓ Interferências eventuais de fatores alheios à base técnica;</li> <li>✓ Ausência de evidências de conflito de interesses;</li> <li>✓ Eventual revisão e modificação de legislação ou normas em função de considerações não técnicas;</li> <li>✓ Independência técnica e formação adequada dos cargos de comando em alguns níveis;</li> <li>✓ Ausência de mapeamento e gestão de riscos implementada aos processos de saúde animal.</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>5. Os ocupantes de cargos de comando nos diversos níveis (gestores técnicos e administrativos) atendem às condições necessárias para a função (formação profissional e independência, sem conflitos de interesses)? (p. ex.: gerências, diretorias coordenação na UC, chefias regionais e locais)</li> <li>6. Existência de mapeamento e gestão de riscos implementada aos processos relacionados à saúde animal (p. ex: atividades de cadastro/registro/credenciamento, fiscalização, autuação, habilitação, outras) dentro ou não de algum plano de ação/programa de compliance</li> </ol>

4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Presença de fundamentação técnica e legal para a tomada de decisões;</li> <li>✓ Ausência de interferências de fatores alheios à base técnica;</li> <li>✓ Ausência de evidências de conflito de interesses;</li> <li>✓ Ausência de revisão e modificação de legislação ou normas em função de considerações não técnicas;</li> <li>✓ Independência técnica e formação adequada dos cargos de comando na maioria dos níveis;</li> <li>✓ Ausência de mapeamento e gestão de riscos implementada aos processos de saúde animal.</li> </ul>	<i>estadual (entende-se por programa de conformidade com leis e regulamentos, transparéncia, integridade, avaliação e conduta ética)</i> visando gestão de riscos na atividade relacionadas à saúde animal.
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Presença de fundamentação técnica e legal para a tomada de decisões;</li> <li>✓ Ausência de interferências de fatores alheios à base técnica;</li> <li>✓ Ausência de evidências de conflito de interesses;</li> <li>✓ Ausência de revisão e modificação de legislação ou normas em função de considerações não técnicas;</li> <li>✓ Independência técnica e formação adequada dos cargos de comando em todos os níveis;</li> <li>✓ Existência de mapeamento e gestão de riscos implementada aos processos de saúde animal.</li> </ul>	

## 1.2 Recursos físicos

### 1.2.1. Instalações

Disponibilidade de instalações adequadas para seu pleno funcionamento e execução de atividades e operações.

Níveis de avanço		Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Número de unidades insuficiente;</li> <li>✓ Capilaridade inadequada;</li> <li>✓ Identificação externa das unidades despadronizada;</li> <li>✓ Condições de instalações e mobiliário inadequadas;</li> <li>✓ Manutenção de instalações ausente;</li> <li>✓ Ausência de plano de estruturação, adequação e manutenção das instalações.</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O número de unidades é suficiente para atender as necessidades do SVE?</li> <li>2. Para avaliar a capilaridade: Como é a distribuição das unidades no estado: UC, URs, UVLs, EACs, PF, laboratórios (se houver)? A distribuição das unidades é adequada às características agroprodutivas do estado e está sendo suficiente às demandas do SVE? (p. ex: prazo de</li> </ol>

2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Número de unidades insuficiente;</li> <li>✓ Capilaridade inadequada;</li> <li>✓ Identificação externa das unidades despadronizada;</li> <li>✓ Condições de instalações e mobiliário regulares;</li> <li>✓ Manutenção de instalações ausente;</li> <li>✓ Ausência de plano de estruturação, adequação e manutenção das instalações.</li> </ul>	<p>atendimento a notificações, cumprimento de metas, outros)? O número de unidades vem aumentando ou reduzindo, nos últimos 3 anos? Se sim, houve impacto na capilaridade?</p> <p>3. A apresentação externa das unidades é adequada e padronizada? Há identificação visual ou placas padronizadas em todas as unidades?</p> <p>4. Qual é a condição das instalações (UC; URs; UVLs; PFs) quanto a: espaço; distribuição; conservação; localização; acessibilidade. O mobiliário é adequado e suficiente?</p>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Número de unidades suficiente com alguma deficiência;</li> <li>✓ Capilaridade adequada com algumas deficiências;</li> <li>✓ Identificação externa padronizada na maioria das unidades;</li> <li>✓ Boas condições de instalações e mobiliário em algumas unidades;</li> <li>✓ Manutenção eventual de instalações;</li> <li>✓ Ausência de plano de estruturação, adequação e manutenção das instalações.</li> </ul>	<p>5. Há adequada manutenção das instalações? (ar-condicionado, instalação elétrica, hidráulica, pintura, outros). As condições de trabalho e de atendimento ao público são adequadas? Existência de condições e locais adequados para limpeza e manutenção de materiais colhidos a campo?</p>
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Número de unidades suficiente;</li> <li>✓ Capilaridade adequada;</li> <li>✓ Identificação externa padronizada na maioria das unidades;</li> <li>✓ Boas condições de instalações e mobiliário na maioria das unidades;</li> <li>✓ Manutenção regular de instalações;</li> <li>✓ Ausência de plano de estruturação, adequação e manutenção das instalações.</li> </ul>	<p>6. Há plano para estruturação e adequação de unidades? (a ser relatado também no item 1.3.1 Recursos financeiros para investimentos)</p>
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Número de unidades suficiente;</li> <li>✓ Capilaridade adequada;</li> <li>✓ Identificação externa padronizada em todas as unidades;</li> <li>✓ Boas condições de instalações e mobiliário em todas as unidades;</li> <li>✓ Manutenção regular de instalações;</li> <li>✓ Existência de plano de estruturação, adequação e manutenção das instalações.</li> </ul>	

## 1.2. Recursos físicos

### 1.2.2. Equipamentos e acesso à comunicação

Disponibilidade de recursos relacionados a toda forma de comunicação, telecomunicações, informática etc.

Níveis de avanço		Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Condição inadequada de sistemas de comunicação interna e externa na maioria das unidades;</li><li>✓ Equipamentos de comunicação ausentes em algumas unidades;</li><li>✓ Restrição de uso dos equipamentos/sistemas;</li><li>✓ Ausência de planos de atualização frente aos avanços tecnológicos.</li></ul>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Qual a condição dos sistemas de comunicação entre os níveis central, regional e local (incluindo PFs) e destes com o público externo? (avaliar website da instituição, canais <i>fale conosco</i>, redes sociais, intranet aplicativos de mensagens, disponibilidade de equipamentos (telefones, VOIPs, computadores, tablets, impressoras, impressoras portáteis, scanner, GPS, malotes etc.) e insumos (cartuchos de tinta, papel etc.), distribuição, acesso, custeio e manutenção de equipamentos/materiais)</li></ol>
2	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Condição inadequada de sistemas de comunicação interna e externa em algumas unidades;</li><li>✓ Equipamentos de comunicação presentes e inadequados na maioria das unidades;</li><li>✓ Restrição de uso dos equipamentos/sistemas;</li><li>✓ Ausência de planos de atualização frente aos avanços tecnológicos.</li></ul>	<ol style="list-style-type: none"><li>2. Há limitações e/ou restrições de uso dos dispositivos para comunicação que comprometam as atividades técnicas (internet com velocidade incompatível, limitação de dados móveis, cota de ligações interurbanas, ausência de equipamentos para servidores da unidade)?</li></ol>
3	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Condição adequada de sistemas de comunicação interna e externa na maioria das unidades;</li><li>✓ Equipamentos de comunicação presentes e adequados na maioria das unidades;</li><li>✓ Restrição de uso para alguns equipamentos/ sistemas;</li><li>✓ Ausência de planos de atualização frente aos avanços tecnológicos.</li></ul>	<ol style="list-style-type: none"><li>3. Há facilidade de comunicação entre as unidades do SVE e destas com o público externo e vice-versa?</li></ol>
4	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Condição adequada dos sistemas de comunicação interna e externa na maioria das unidades;</li><li>✓ Equipamentos de comunicação presentes e adequados na maioria das unidades;</li><li>✓ Ausência de restrição de uso dos equipamentos/sistemas;</li><li>✓ Ausência de planos de atualização frente aos avanços tecnológicos.</li></ul>	<ol style="list-style-type: none"><li>4. Há algum plano de atualização dos meios de comunicação frente a avanços tecnológicos?</li></ol>

5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Condição adequada dos sistemas de comunicação interna e externa em todas as unidades;</li> <li>✓ Equipamentos de comunicação presentes e adequados em todas as unidades;</li> <li>✓ Ausência de restrição de uso dos equipamentos/sistemas;</li> <li>✓ Existência de planos de atualização frente aos avanços tecnológicos.</li> </ul>	
---	---	--

## 1.2. Recursos físicos

### 1.2.3. Transportes

Disponibilidade de recursos adequados relacionados a transportes, que permitam o livre deslocamento do seu pessoal para toda e qualquer atividade de trabalho.

Níveis de avanço		Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Grave deficiência na disponibilidade de veículos;</li> <li>✓ Ausência de registros do controle de uso de veículos e embarcações;</li> <li>✓ Fornecimento de combustível deficiente;</li> <li>✓ Condição de uso/manutenção inadequadas dos veículos;</li> <li>✓ Ausência de plano de substituição de frota.</li> </ul>	<p>1. Qual a disponibilidade de veículos e embarcações em cada um dos níveis operacionais do SVE? Os veículos são adequados às condições de estrada ou navegação ou às necessidades do serviço?</p> <p>2. Como é feito o controle de uso de veículos e embarcações? Através dos registros é possível fazer a relação com documentos gerados nas ações técnicas? Existe sistema de rastreamento para monitoramento do uso? Ou através de formulário padrão para controle? São usados regularmente nas unidades?</p>
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Disponibilidade de veículos incompatível com demanda;</li> <li>✓ Ausência de registros do controle de uso de veículos e embarcações;</li> <li>✓ Fornecimento de combustível deficiente;</li> <li>✓ Condição de uso/manutenção adequadas dos veículos em algumas unidades;</li> <li>✓ Ausência de plano de substituição de frota.</li> </ul>	<p>3. Em alguma unidade, há restrição de uso de veículos diferenciados por falta de habilitação específica, combustível ou manutenção adequada para conduzi-los (p. ex.: vans, caminhões, embarcações, aviões, etc)?</p>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Disponibilidade de veículos compatível com demanda;</li> <li>✓ Registros do controle de uso de veículos e embarcações com deficiências;</li> <li>✓ Fornecimento de combustível adequado na maioria das unidades;</li> <li>✓ Condição de uso/manutenção adequadas dos veículos na maioria das unidades;</li> <li>✓ Ausência de plano de substituição de frota.</li> </ul>	<p>4. Qual a condição dos veículos nos níveis central, regional e local (ano de fabricação, estado de conservação) Estão previstas lavagens pequenos reparos e trocas de pneus?</p>
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Disponibilidade de veículos compatível com demanda;</li> <li>✓ Registros do controle de uso de veículos e embarcações na maioria das unidades;</li> <li>✓ Fornecimento de combustível adequado em todas as unidades</li> </ul>	<p>5. Como é feito o abastecimento dos veículos (cota, cartão coorporativo)? Existe facilidade de acesso a postos conveniados? Valores disponibilizados têm sido suficientes?</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Condição de uso/manutenção adequadas dos veículos em todas as unidades;</li> <li>✓ Ausência de plano de substituição de frota.</li> </ul>	<p>6. Há manutenção corretiva dos veículos? E manutenção preventiva? Há facilidade de acesso a oficinas conveniadas?</p>
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Disponibilidade de veículos compatível com demanda;</li> <li>✓ Registros do controle de uso de veículos e embarcações em todas as unidades;</li> <li>✓ Fornecimento de combustível adequado em todas as unidades;</li> <li>✓ Condição de uso/manutenção adequadas dos veículos em todas as unidades;</li> <li>✓ Existência de plano de substituição de frota.</li> </ul>	<p>7. A manutenção é sistemática e ágil para recuperação em casos de estragos?</p> <p>8. Há plano de substituição da frota?</p>

### 1.3 Recursos Financeiros

#### Recursos para custeio e investimento (fontes de verificação gerais)

1. Quais são as principais fontes de recursos estaduais para investimentos e custeio? Há participação de recursos de fundos públicos e/ou privados para custeio e/ou investimento?
2. Existe sistema de arrecadação própria? Quais formas? Qual a porcentagem do valor arrecadado destinada ao SVE? Garante independência do SVE? Em caso negativo, atende as demandas em que proporção? Quais os valores gastos com custeio e investimento, por fonte (própria, convênio, fundo) nos últimos 3 anos? Qual a previsão de valor a ser gasto com custeio e investimento no ano de realização da auditoria e valores efetivamente gastos até 60 dias antes da auditoria? Solicitar os valores arrecadados e programado x liberado x executado.
3. Há convênios estabelecidos com o MAPA e com outras entidades? Em caso positivo, qual o valor do convênio para custeio e para investimento? As etapas contempladas no convênio EM VIGOR estão relacionadas com recomendações da auditoria anterior?
4. Os convênios anteriores ou atuais estão em situação regular de execução e prestação de contas? Se houver problemas, apurar a razão *in loco*.
5. O controle de contas permite quantificar a destinação de recursos gastos finalidade ou atividade de defesa animal? (Ex.: % do recurso gasto com vigilância, programa sanitário, atendimento a suspeita, ed. sanitária etc.

1.3. Recursos Financeiros	
1.3.1. Recursos para investimentos	
Capacidade do SVE para investimentos básicos e adicionais que levem à manutenção adequada e melhoria progressiva de sua infraestrutura operacional.	
Níveis de avanço	Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Provisão e aplicação irregular por orçamento próprio sem outras fontes de recursos;</li> <li>✓ Ausência de levantamento de necessidades de melhorias;</li> <li>✓ Ausência de plano/programação de investimentos baseado em levantamento de necessidades;</li> <li>✓ Ausência de evidências de melhorias na infraestrutura operacional (bens e reformas).</li> </ul>
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Provisão e aplicação irregular por orçamento próprio e por meio de outras fontes (convênios/partnerias);</li> <li>✓ Ausência de levantamento de necessidades de melhorias;</li> <li>✓ Ausência de plano/programação de investimentos baseado em levantamento de necessidades;</li> <li>✓ Evidências de melhorias na infraestrutura operacional (bens e reformas) em poucas unidades.</li> </ul>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Provisão e aplicação regular por meio de orçamento próprio com restrições em sua aplicação e por outras fontes (convênios/partnerias);</li> <li>✓ Levantamento de necessidades de melhorias para bens móveis;</li> <li>✓ Plano ou programação de investimentos baseado em levantamento de necessidades parcialmente implementado;</li> <li>✓ Evidências de melhorias na infraestrutura operacional (bens e reformas) em poucas unidades.</li> </ul>
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Provisão e aplicação regular por orçamento próprio e outras fontes (convênios/partnerias) e fundo privado;</li> <li>✓ Levantamento de necessidades de melhorias para bens móveis e reformas pontuais em algumas unidades;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano/programação de investimentos baseado em levantamento de necessidades totalmente implementado para bens móveis;</li> <li>✓ Evidências de melhorias na infraestrutura operacional (bens e reformas) na maioria das unidades.</li> </ul>	
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Provisão e aplicação regular por orçamento próprio e outras fontes (convênios/partnerships) e fundo privado;</li> <li>✓ Levantamento de necessidades de melhorias para compra de bens, manutenção e reforma de unidades (bens móveis e imóveis);</li> <li>✓ Plano ou programação de investimentos baseado em levantamento de necessidades totalmente implementado para bens móveis e imóveis;</li> <li>✓ Evidências de melhorias na infraestrutura operacional (bens e reformas) em todas as unidades.</li> </ul>	

### 1.3. Recursos Financeiros

#### 1.3.2. Recursos para custeio

Acesso do SVE a recursos financeiros suficientes para o desempenho das atividades de saúde animal.

Níveis de avanço		Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Orçamento para custeio decrescente nos últimos três anos;</li> <li>✓ Liberação de recursos irregular e intempestiva;</li> <li>✓ Restrição no recebimento/liberação de diárias;</li> <li>✓ Ausência de controle que permita quantificar a destinação de recursos gastos por finalidade ou atividade de saúde animal.</li> </ul>	<p>Verificar regularidade dos recursos para: serviços prestados por terceiros, materiais de consumo, energia, água, internet; verificar contratos existentes, planejamento operativo anual</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Como se dá a solicitação e a liberação de recursos das diferentes fontes: próprio órgão, outros órgãos, fundos públicos ou privados?</li> <li>2. A liberação de recursos ocorre com tempestividade e regularidade?</li> <li>3. O orçamento para os últimos três anos é crescente ou decrescente? É compatível com o desempenho das atividades de saúde animal?</li> <li>4. Como funciona o atendimento das demandas por recursos para as URs, UVLs, EACs e PFs? É baseado em um planejamento de atividades? Estas unidades são plenamente atendidas?</li> </ol>
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Orçamento para custeio decrescente nos últimos três anos;</li> <li>✓ Liberação de recursos irregular e intempestiva;</li> <li>✓ Restrição no recebimento/liberação de diárias;</li> <li>✓ Ausência de controle que permita quantificar a destinação de recursos gastos por finalidade ou atividade de saúde animal.</li> </ul>	<p>Verificar regularidade dos recursos para: serviços prestados por terceiros, materiais de consumo, energia, água, internet; verificar contratos existentes, planejamento operativo anual</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Como se dá a solicitação e a liberação de recursos das diferentes fontes: próprio órgão, outros órgãos, fundos públicos ou privados?</li> <li>2. A liberação de recursos ocorre com tempestividade e regularidade?</li> <li>3. O orçamento para os últimos três anos é crescente ou decrescente? É compatível com o desempenho das atividades de saúde animal?</li> <li>4. Como funciona o atendimento das demandas por recursos para as URs, UVLs, EACs e PFs? É baseado em um planejamento de atividades? Estas unidades são plenamente atendidas?</li> </ol>

3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Orçamento para custeio crescente ou estável nos últimos três anos, mas incompatível com as demandas;</li> <li>✓ Liberação de recursos regular, porém, intempestiva;</li> <li>✓ Restrição eventual no recebimento/liberação de diárias;</li> <li>✓ Ausência de controle que permita quantificar a destinação de recursos gastos por finalidade ou atividade de saúde animal.</li> </ul>	5. Há restrição na disponibilização de diárias para execução de atividades? (limite mensal, pagamento tardio após execução, restrição para alguns municípios) 6. Há controle que permite quantificar a destinação de recursos gastos por finalidade ou atividade de defesa animal?
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Orçamento para custeio crescente ou estável nos últimos três anos e compatível com as demandas;</li> <li>✓ Liberação de recursos de custeio regular e tempestiva;</li> <li>✓ Ausência de restrição no recebimento/liberação de diárias;</li> <li>✓ Ausência de controle que permita quantificar a destinação de recursos gastos por finalidade ou atividade de saúde animal.</li> </ul>	
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Orçamento para custeio crescente ou estável nos últimos três anos e compatível com as demandas;</li> <li>✓ Liberação de recursos regular e tempestiva;</li> <li>✓ Ausência de restrição no recebimento/liberação de diárias;</li> <li>✓ Controle que permite quantificar a destinação de recursos gastos por finalidade ou atividade de saúde animal.</li> </ul>	

### 1.3. Recursos Financeiros

#### 1.3.3. Fundos em saúde animal

Acesso do SVE a recursos financeiros com o objetivo de prover compensações e indenizações totais ou parciais a produtores e outros cujos animais ou outros itens tenham sido destruídos, bem como apoiar ações oficiais de prevenção, controle, vigilância e emergências zoossanitárias.

Níveis de avanço		Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de fundo em saúde animal;</li> <li>✓ Mecanismo de arrecadação inativo;</li> <li>✓ Ausência de participação efetiva em investimento ou custeio;</li> <li>✓ Ausência de participação em indenizações por doenças não emergenciais;</li> </ul>	1. Há fundo(s) de emergência? O(s) fundo(s) é(são) público(s) ou privado(s)? É (são) exclusivo para emergências?

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de estudos sobre estimativa de valores necessários no caso de emergências.</li> </ul>	
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existência de Fundo em saúde animal;</li> <li>✓ Mecanismo(s) de arrecadação ativo(s) de forma efetiva somente para uma doença ou uma espécie animal;</li> <li>✓ Ausência de participação efetiva em investimento ou custeio;</li> <li>✓ Ausência de participação em indenizações por doenças não emergenciais;</li> <li>✓ Ausência de estudos sobre estimativa de valores necessários no caso de emergências.</li> </ul>	<p>2. O fundo de emergência é também utilizado para pagamento de indenizações de doenças não emergenciais no estado? Qual é o ato de instituição? Quais as cadeias produtivas participam do fundo? Leite e/ou carne (bovinos, caprinos ou ovinos), carne (suínos), carne e/ou ovos (aves).</p> <p>3. Qual (is) o (s) mecanismo (s) de arrecadação previsto (s)? Está (estão) plenamente regulamentado (s) e ativo (s) e ocorre (m) de forma contínua? Existe alguma alternativa para aumentar a arrecadação?</p>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existência de Fundo(s) em saúde animal;</li> <li>✓ Mecanismos de arrecadação ativos de forma efetiva com participação de apenas algumas cadeias produtivas;</li> <li>✓ Participação efetiva em investimento ou custeio;</li> <li>✓ Participação em indenizações por doenças não emergenciais;</li> <li>✓ Ausência de estudos sobre estimativa de valores necessários no caso de emergências.</li> </ul>	<p>4. Caso o fundo não seja apenas para emergência, o estatuto prevê a porcentagem de recursos a ser reservada para uso em indenizações e ações em emergências? Qual a porcentagem dos recursos arrecadados no fundo pode ser utilizada para custeio e ou investimento (no caso desse fundo ser o mesmo que o fundo emergencial)? Existem evidências de pagamentos para custeio, investimento e indenizações? Como é feito o repasse de recursos do fundo para o SVE?</p> <p>5. Qual o saldo do fundo dos últimos três anos?</p> <p>6. Caso já tenha havido emergência, houve agilidade na liberação dos recursos para as ações e indenizações?</p>
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existência de Fundo(s) em saúde animal;</li> <li>✓ Mecanismo(s) de arrecadação ativos de forma efetiva com participação das cadeias produtivas mais importantes para o estado;</li> <li>✓ Participação efetiva em investimento ou custeio;</li> <li>✓ Participação em indenizações por doenças não emergenciais;</li> <li>✓ Ausência de estudos sobre estimativa de valores necessários no caso de emergências.</li> </ul>	<p>7. Representante do SVO (SVE e/ou SFA) participa da gestão do (s) fundo (s)? De que forma?</p> <p>8. O estado tem algum estudo para estimativa de valores necessários no caso de emergência em alguma das cadeias produtivas?</p>
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existência de Fundo(s) em saúde animal;</li> <li>✓ Mecanismos de arrecadação ativos de forma efetiva com participação das cadeias produtivas mais importantes para o estado;</li> <li>✓ Participação efetiva em investimento ou custeio;</li> <li>✓ Participação em indenizações por doenças não emergenciais;</li> <li>✓ Existência de estudos sobre estimativa de valores necessários no caso de emergências.</li> </ul>	

<b>2.1. Estrutura Organizacional</b>		
<b>2.1.1. Estrutura organizacional e capacidade de coordenação interna</b>		
Capacidade do SVE de coordenar seu pessoal e suas atividades por meio de uma clara cadeia de comando do nível central ao nível de campo, a fim de implementar as atividades relevantes para a saúde animal (ex. vigilância, controle e erradicação de doenças, detecção precoce e resposta rápida).		
Níveis de avanço	Fontes de verificação	
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estrutura organizacional implementada em desacordo com ato normativo vigente;</li> <li>✓ Estrutura organizacional incompatível à demanda do SVE;</li> <li>✓ Ausência de mecanismos de coordenação interna e cadeia de comando;</li> <li>✓ Ausência planejamento técnico e operacional;</li> <li>✓ Ausência de acompanhamento da execução do planejamento;</li> <li>✓ Ausência de revisão periódica do planejamento, de seu acompanhamento e atualização quando necessária.</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A estrutura organizacional está implementada conforme os atos normativos vigentes?</li> <li>2. A estrutura organizacional atende às necessidades do SVE / permite bom desempenho?</li> <li>3. As atribuições dos setores e responsabilidades dos níveis hierárquicos estão formalizadas?</li> </ol>
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estrutura organizacional implementada conforme ato normativo vigente na maioria da estrutura;</li> <li>✓ Estrutura organizacional compatível à demanda do SVE apenas em algumas instâncias;</li> <li>✓ Mecanismos de coordenação interna com falhas na cadeia de comando;</li> <li>✓ Planejamento técnico e operacional com falhas para alguns programas sanitários e outras atividades;</li> <li>✓ Acompanhamento da execução do planejamento com falhas para a maioria dos programas sanitários e outras atividades;</li> <li>✓ Ausência de revisão periódica do planejamento, e de atualização quando necessária.</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>4. A descrição da cadeia de comando está claramente formalizada?</li> <li>5. Evidências de que as atividades são rotineiramente coordenadas do nível central até o nível de campo?</li> <li>6. Ocorrem falhas ou rupturas na cadeia de comando para as atividades? Da UC para as URs e destas para as UVLs? Dentro da UC e das UVLs? Das UVLs para os EACs?</li> <li>7. Existe um planejamento técnico e operacional definido pela UC? O planejamento abrange a totalidade dos programas sanitários de importância econômica para o estado e para outras atividades a serem executadas? O planejamento está adequado? Para quantos/quais programas sanitários e outras atividades?</li> </ol>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estrutura organizacional implementada conforme ato normativo vigente;</li> </ul>	

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estrutura organizacional compatível à demanda do SVE em todas as instâncias;</li> <li>✓ Mecanismos de coordenação interna com falhas na cadeia de comando;</li> <li>✓ Planejamento técnico e operacional adequado para a maioria dos programas sanitários e outras atividades;</li> <li>✓ Acompanhamento adequado da execução do planejamento para a maioria dos programas sanitários e outras atividades;</li> <li>✓ Ausência de revisão periódica do planejamento, de seu acompanhamento e atualização quando necessária.</li> </ul>	<p>8. Há acompanhamento da execução do planejamento? O acompanhamento está adequado? Para quantos/quais programas sanitários e outras atividades?</p> <p>9. O planejamento e seu acompanhamento são revisados periodicamente e atualizado quando necessário?</p>
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estrutura organizacional implementada conforme ato normativo vigente;</li> <li>✓ Estrutura organizacional compatível à demanda do SVE em todas as instâncias;</li> <li>✓ Mecanismos de coordenação interna com clara e eficaz cadeia de comando;</li> <li>✓ Planejamento técnico e operacional adequado para todos os programas sanitários de importância econômica do estado e para outras atividades;</li> <li>✓ Acompanhamento adequado da execução do planejamento para todos os programas sanitários de importância econômica do estado e para outras atividades;</li> <li>✓ Ausência de revisão periódica do planejamento, de seu acompanhamento e atualização quando necessária.</li> </ul>	
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estrutura organizacional implementada conforme ato normativo vigente;</li> <li>✓ Estrutura organizacional compatível à demanda do SVE em todas as instâncias;</li> <li>✓ Mecanismos de coordenação interna com clara e eficaz cadeia de comando;</li> <li>✓ Planejamento técnico e operacional adequado para todos os programas sanitários de importância econômica do estado e para outras atividades;</li> <li>✓ Acompanhamento adequado da execução do planejamento para todos os programas sanitários de importância econômica do estado e para outras atividades;</li> <li>✓ Revisão periódica do planejamento, de seu acompanhamento e atualização quando necessária.</li> </ul>	

<b>2.2. Autoridade e gestão da qualidade</b>		
<b>2.2.1. Base legal, regulamentação, aplicação da legislação, manuais e POP</b>		
Arcabouço legal, leis, regulamentos, normas, manuais, protocolos e demais regulamentações que promovem o respaldo jurídico claro e transparente para a ampla atuação do SVE em suas competências e atribuições.		
Níveis de avanço	Fontes de verificação	
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de atos normativos para respaldo jurídico da atuação do SVE;</li> <li>✓ Indisponibilidade de legislação/ritos/manuais e Pops técnicos e administrativos para as unidades;</li> <li>✓ Ausência de evidências da aplicação de medidas e penalidades previstas na legislação;</li> <li>✓ Ausência de processo contínuo, organizado e participativo para a revisão do arcabouço legal.</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Verificar a legislação que comprove possibilidade de poder de polícia administrativa, de aplicação de medidas cautelares (apreensão, interdição de propriedade, etc.) e penalidades (advertência, multas, condenação, eliminação de animais, destruição de produtos, suspensão ou cassação de registro ou credenciamento, outros), em caso de infração em situações como atualização cadastral, controle de movimentação, vacinações obrigatórias, eventos de aglomeração, fiscalização de estabelecimento comercial de produtos de uso veterinário e outras (excluída a verificação de legislação detalhada dos programas sanitários)</li> </ol>
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Atos normativos para respaldo jurídico da atuação do SVE, com falhas na maioria das atividades;</li> <li>✓ Disponibilidade da legislação/ritos/manuais e Pops técnicos e administrativos na maioria das unidades;</li> <li>✓ Evidências da aplicação de medidas e penalidades previstas na legislação com falhas e divergências;</li> <li>✓ Ausência de processo contínuo, organizado e participativo para a revisão do arcabouço legal.</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>2. Observar rito processual. Foram verificadas falhas e/ou divergências (falta de padronização) na aplicação das medidas e penalidades?</li> <li>3. Há evidências documentais da aplicação de medidas e penalidades frente às irregularidades ocorridas?</li> </ol>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Atos normativos para respaldo jurídico da atuação do SVE com falhas pontuais;</li> <li>✓ Disponibilidade da legislação/ritos/manuais e Pops técnicos e administrativos em todas as unidades;</li> <li>✓ Evidências da aplicação de medidas e penalidades previstas na legislação com falhas e divergências pontuais;</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>4. O SV disponibiliza e aplica manuais de padronização de procedimentos (Pops) técnicos e/ou administrativos? (Verificar os manuais relativos a atividades mencionadas na fonte de verificação 1).</li> <li>5. Há processo contínuo, organizado e participativo para a revisão de seu arcabouço legal? Em caso afirmativo, como está ocorrendo?</li> </ol>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de processo contínuo, organizado e participativo para a revisão do arcabouço legal.</li> </ul>	
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Atos normativos com respaldo jurídico adequado para a atuação do SVE;</li> <li>✓ Disponibilidade da legislação/ritos/manuais e Pops técnicos e administrativos em todas as unidades;</li> <li>✓ Evidências da aplicação de medidas e penalidades previstas na legislação com falhas e divergências pontuais;</li> <li>✓ Ausência de processo contínuo, organizado e participativo para a revisão do arcabouço legal.</li> </ul>	
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Atos normativos com respaldo jurídico adequado para a atuação do SVE;</li> <li>✓ Disponibilidade da legislação/ritos/manuais e Pops técnicos e administrativos em todas as unidades;</li> <li>✓ Evidências da aplicação adequada e padronizada de medidas e penalidades previstas na legislação;</li> <li>✓ Processo contínuo, organizado e participativo para a revisão do arcabouço legal.</li> </ul>	

## 2.2. Autoridade e gestão da qualidade

### 2.2.2. Organização dos processos e unidades

Capacidade do SVE de manter suas unidades organizadas de modo a permitir a adequada execução de seus processos técnicos, fluxos de informação e atividades administrativas, atendimento ao público, arquivamento de materiais etc.

Níveis de avanço		Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de organização dos processos, arquivos e documentos, em formato físico ou digital;</li> <li>✓ Ausência de padronização de procedimentos, processos e documentos para o conjunto de atividades;</li> <li>✓ Ausência de padronização do fluxo de informações, processos e documentos entre UC e unidades descentralizadas;</li> <li>✓ Alto grau de deficiência no registro das atividades (preenchimento de formulários);</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A UC, as URs, UVLs, PFs e EACs auditados estão organizados?</li> <li>2. Existe padronização de arquivamento (físico e/ou digital) definido pela UC na organização dos escritórios e PFs?</li> <li>3. Existe padronização de procedimentos, processos e documentos para o conjunto de atividades?</li> </ol>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência do uso de ferramentas digitais para registro de atividades ou avaliação de dados;</li> <li>✓ Ausência de mapeamento de processos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>4. Existe padronização do fluxo de informações, processos e documentos entre UC e unidades descentralizadas?</li> </ul>
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Parcial organização dos processos, arquivos e documentos, em formato físico ou digital;</li> <li>✓ Padronização de procedimentos, processos e documentos para o conjunto de atividades, presente somente na UC;</li> <li>✓ Padronização do fluxo de informações, processos e documentos entre UC e unidades descentralizadas, presente somente em alguns níveis;</li> <li>✓ Alto grau de deficiência no registro das atividades (preenchimento de formulários);</li> <li>✓ Uso de ferramentas digitais para registro de atividades ou avaliação de dados presente em algum nível;</li> <li>✓ Ausência de mapeamento de processos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>5. A organização do escritório permite localizar rapidamente os documentos solicitados?</li> <li>6. Os registros (físicos e digitais) das atividades estão adequados? (considerar modelos de formulários usados, se os registros apresentam completude, clareza das informações, padronização de preenchimento entre as unidades auditadas, coerência com a ação efetuada, auditabilidade).</li> <li>7. Dispõe de <i>ferramentas digitais</i> para registro de atividades ou avaliação de dados? Dispõe de sistema eletrônico de gestão e tramitação de processos e documentos, pastas na rede, intranet, e-mails institucionais?</li> </ul>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existência de organização dos processos, arquivos e documentos, em formatos físicos ou digitais;</li> <li>✓ Padronização de procedimentos, processos e documentos para o conjunto de atividades presente na UC e em algumas unidades descentralizadas;</li> <li>✓ Padronização do fluxo de informações, processos e documentos entre UC e unidades descentralizadas presente em todos os níveis, porém com deficiências;</li> <li>✓ Registro das atividades com alguns campos incompletos e/ou falhas pontuais de preenchimento de formulários;</li> <li>✓ Uso de ferramentas digitais para registro de atividades ou avaliação de dados presente na maioria dos níveis (UC, URs e UVLs);</li> <li>✓ Ausência de mapeamento de processos.</li> </ul>	<p><b>Ferramentas digitais (conceito):</b> Instrumentos tecnológicos que permitem a comunicação, o acesso à informação e a execução de atividades. <b>Exemplos:</b> computadores, tablets, smartphones, aplicativos, plataformas virtuais, softwares, portais e sites da internet.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>8. Há mapeamento de processos para gestão do funcionamento e da operação de processos e/ou de unidades?</li> </ul>
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existência de organização dos processos, arquivos e documentos, em formatos físicos ou digitais;</li> <li>✓ Padronização de procedimentos, processos e documentos para o conjunto de atividades presente na UC, URs, UVLs, EACs e PFs;</li> <li>✓ Padronização do fluxo de informações, processos e documentos presente na UC, URs, UVLs, EACs e PFs;</li> </ul>	<p><b>Mapeamento de processos (conceito):</b> ferramenta de gestão que ajuda a identificar visualmente pontos de melhoria, como gargalos, retrabalhos e burocracias, facilita na tomada de decisões, a padronizar as atividades, aprimorar a qualidade do serviço, tornar o fluxo de trabalho mais transparente.</p> <p><b>Atividades a campo (exemplos):</b> todas as atividades realizadas fora do escritório, ex: fiscalização volante, em estab. comercial de prod. de uso veterinário (revendas), eventos de aglomeração, vigilância e fiscalização em propriedades etc.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Registro detalhado das atividades (completude e precisão das informações em formulários) em todos os níveis;</li> <li>✓ Uso de ferramentas digitais para registro de atividades ou avaliação de dados presente na UC, URs, UVLs, EACs e PFs;</li> <li>✓ Ausência de mapeamento de processos.</li> </ul>	
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existência de organização dos processos, arquivos e documentos, em formatos físicos ou digitais;</li> <li>✓ Padronização de procedimentos, processos e documentos para o conjunto de atividades presente na UC, URs, UVLs, EACs, PFs e atividades a campo;</li> <li>✓ Padronização do fluxo de informações, processos e documentos presente na UC, URs, UVLs, EACs, PFs e atividades a campo;</li> <li>✓ Registro detalhado das atividades (completude e precisão das informações em formulários) em todos os níveis;</li> <li>✓ Uso de ferramentas digitais para registro de atividades ou avaliação de dados presente na UC, URs, UVLs, EACs, PFs e atividades a campo;</li> <li>✓ Existência de mapeamento de processos.</li> </ul>	

## 2.2. Autoridade e gestão da qualidade

### 2.2.3. Supervisão e controle interno

Capacidade do SVE para acompanhar o desempenho técnico e administrativo de seu quadro em todas as suas unidades, envolvendo a detecção de não-conformidades e pontos fracos, aplicação de correções e prevenção das recorrências.

Níveis de avanço		Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de equipe de supervisão designada e treinada;</li> <li>✓ Ausência de metas para realização de supervisões;</li> <li>✓ Ausência de procedimentos (formulários, guias, manuais) padronizados para supervisões internas;</li> <li>✓ Ausência de acompanhamento da aplicação de medidas corretivas.</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Existência de equipe de supervisores oficialmente designada e treinada?</li> <li>2. Existência de um programa de supervisões, com programação de supervisões internas (metas)?</li> </ol>
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Equipe de supervisão designada, sem treinamento;</li> <li>✓ Metas para realização de supervisões estabelecidas, mas não cumpridas;</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>3. Existência de procedimentos (formulários, guias, manuais) padronizados para a realização das supervisões internas? Qual a abrangência das atividades de supervisão (por tipo de unidade)?</li> </ol>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Procedimentos (formulários, guias, manuais) padronizados para supervisões internas somente para UVLs ou EACs;</li> <li>✓ Ausência de acompanhamento da aplicação de medidas corretivas.</li> </ul>	<p>4. Há evidências de acompanhamento da implementação de medidas corretivas?</p> <p>5. Há evidências de que as supervisões resultam em melhorias?</p>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Equipe de supervisão designada, com falhas no treinamento;</li> <li>✓ Metas para realização de supervisões estabelecidas e cumpridas somente nas UVLs ou EACs;</li> <li>✓ Procedimentos (formulários, guias, manuais) padronizados para supervisões internas somente para UVLs e EACs;</li> <li>✓ Acompanhamento de medidas corretivas com falhas na execução do monitoramento.</li> </ul>	
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Possui equipe de supervisão definida, com treinamento adequado;</li> <li>✓ Metas para realização de supervisões estabelecidas e cumpridas nas URs (se aplicável), UVLs e EACs;</li> <li>✓ Procedimentos (formulários, guias, manuais) padronizados para supervisões internas para URs (se aplicável), UVLs e EACs;</li> <li>✓ Adequado acompanhamento da aplicação de medidas corretivas.</li> </ul>	
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Equipe de supervisão designada, com treinamento adequado;</li> <li>✓ Metas para realização de supervisões estabelecidas e cumpridas nas URs (se aplicável), UVLs, EACs e PFs;</li> <li>✓ Procedimentos (formulários, guias, manuais) padronizados para supervisões internas para URs (se aplicável), UVLs, EACs e PFs;</li> <li>✓ Adequado acompanhamento da aplicação de medidas corretivas com obtenção de melhorias.</li> </ul>	

## 2.3. Capacidade técnica e operacional

### 2.3.1. Sistema Informatizado para cadastro, movimentação e demais controles

Disponibilidade de sistemas informatizados implantados para controle de cadastros e movimentação de animais, controle de estabelecimentos comerciais, controle de MV privados etc.

Níveis de avanço		Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Sistema informatizado implantado em algumas unidades (UC e algumas UVLs)</li> <li>✓ Funcionalidades básicas que incluem no mínimo: cadastro e atualização cadastral (produtores, propriedades, explorações pecuárias) e movimentação animal, com emissão de GTA pelo produtor.</li> <li>✓ Ausência de funcionalidade adicional implementada;</li> <li>✓ Ausência de ferramentas e relatórios para monitoramento de atores externos (produtores, revendas, MVs privados);</li> <li>✓ Ausência de mecanismos para atualizações periódicas das funcionalidades do sistema;</li> <li>✓ Ausência de sistema e/ou ferramentas digitais para disponibilização de mapas de situação com localizações e acessos de interesse, possibilidade de rotas, vínculos epidemiológicos entre as propriedades e análises de fluxos de trânsito.</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Quais são os sistemas informatizados que o SVE dispõe para controle de cadastros e movimentações de animais (terrestres e aquáticos) e outras funcionalidades?</li> <li>2. Qual o nível de implantação do sistema no SV? (UC, URs, UVLs, EACs, PFs)</li> <li>3. Quais usuários internos e externos têm acesso ao sistema e qual nível de acesso? (revendas, sindicatos, outros parceiros, produtores, MV privados)</li> <li>4. Quais das <b>funcionalidades Básicas (B)</b> de controle estão implantadas? <ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Cadastro de estabelecimentos agropecuários (propriedades) (B), - cadastro de produtor (B)</i></li> <li>- <i>Cadastro de rebanho (listar espécies) (B)</i></li> <li>- <i>Cadastros de revendas agropecuárias, recintos de eventos, organizador de eventos, médicos veterinários privados, outros (B)</i></li> <li>- <i>Registro de atualizações cadastrais dos rebanhos, produtores, propriedades e vacinações (B)</i></li> <li>- <i>Controle de movimentação (B), - emissão de GTA por produtor e MVH (B), - eventos/aglomerações (B)</i></li> <li>- <i>Vacinações de BRU, PSC (B)</i></li> <li>- <i>Travas / alertas e aplicação de medidas sanitárias ou restrições: situações de inadimplência e prazos de vacinações de BRU, PSC; atualização do rebanho (B)</i></li> <li>- <i>Interdição/bloqueio de movimentação (B)</i></li> <li>- <i>Bloqueio por falta de registro de estabelecimento (PNSA) (B)</i></li> </ul> </li> </ol>
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Sistema informatizado implantado na maioria das unidades (UC, maioria de UVLs e alguns EACs)</li> <li>✓ Funcionalidades básicas que incluem cadastro e atualização cadastral (produtores, propriedades, explorações pecuárias e movimentação animal, com emissão de GTA pelo produtor, além da maioria das outras funcionalidades básicas;</li> <li>✓ Algumas funcionalidades adicionais implementadas;</li> <li>✓ Ausência de ferramentas e relatórios para monitoramento de atores externos (produtores, revendas, MVs privados);</li> <li>✓ Ausência de mecanismos para atualizações periódicas das funcionalidades do sistema;</li> <li>✓ Ausência de sistema e/ou ferramentas digitais para disponibilização de mapas de situação com localizações e acessos de interesse, possibilidade de rotas, vínculos epidemiológicos entre as propriedades e análises de fluxos de trânsito.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Cadastro de estabelecimentos agropecuários (propriedades) (B), - cadastro de produtor (B)</i></li> <li>- <i>Cadastro de rebanho (listar espécies) (B)</i></li> <li>- <i>Cadastros de revendas agropecuárias, recintos de eventos, organizador de eventos, médicos veterinários privados, outros (B)</i></li> <li>- <i>Registro de atualizações cadastrais dos rebanhos, produtores, propriedades e vacinações (B)</i></li> <li>- <i>Controle de movimentação (B), - emissão de GTA por produtor e MVH (B), - eventos/aglomerações (B)</i></li> <li>- <i>Vacinações de BRU, PSC (B)</i></li> <li>- <i>Travas / alertas e aplicação de medidas sanitárias ou restrições: situações de inadimplência e prazos de vacinações de BRU, PSC; atualização do rebanho (B)</i></li> <li>- <i>Interdição/bloqueio de movimentação (B)</i></li> <li>- <i>Bloqueio por falta de registro de estabelecimento (PNSA) (B)</i></li> </ul>

3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Sistema informatizado implantado em todas as unidades (UC, todas UVLs, EACs e PFs)</li> <li>✓ Todas as funcionalidades básicas implementadas;</li> <li>✓ Maioria das funcionalidades adicionais implementadas;</li> <li>✓ Ferramentas e relatórios para monitoramento de atores externos (produtores, revendas, MVs privados) com algumas deficiências e/ou com falhas;</li> <li>✓ Ausência de mecanismos para atualizações periódicas das funcionalidades do sistema;</li> <li>✓ Ausência de sistema e/ou ferramentas digitais para disponibilização de mapas de situação com localizações e acessos de interesse, possibilidade de rotas, vínculos epidemiológicos entre as propriedades e análises de fluxos de trânsito.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Propriedades novas / inativas (B), - registro ingresso/egresso de animais e produtos em PF (B)</i></li> </ul> <p>5. Quais das <b>funcionalidades adicionais (A)</b> estão implantadas?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Registro de exames obrigatórios para trânsito e eventos;</i></li> <li>- <i>Registro de certificações: bru/tub, GRSC, PNSA, AIE / indicação de risco (FA, PSC, PNEEB, PNCRH) (A)</i></li> <li>- <i>Cadastramento do sistema agroprodutivo: abatedouros, laticínios, incubatórios, abrigos de morcegos (A)</i></li> <li>- <i>Controle de: quarentenas/noventenas como exigência de mercados importadores, inclusão em programa de monitoramento (PNCR) quando aplicável (A)</i></li> </ul>
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Sistema informatizado implantado na UC, todas as UVLs, EACs e PFs;</li> <li>✓ Todas as funcionalidades básicas implementadas;</li> <li>✓ Maioria das funcionalidades adicionais implementadas;</li> <li>✓ Ferramentas e relatórios com adequado monitoramento de atores externos (produtores, revendas, MVs);</li> <li>✓ Mecanismos organizados e ágeis para atualizações periódicas das funcionalidades do sistema;</li> <li>✓ Ausência de sistema e/ou ferramentas digitais para disponibilização de mapas de situação com localizações e acessos de interesse, possibilidade de rotas, vínculos epidemiológicos entre as propriedades e análises de fluxos de trânsito.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Inconsistências: nascimentos, mortes, evolução rebanho, lotação animal (A)</i></li> <li>- <i>Controle de vacinas, antígenos e tuberculinas em revendas agropecuárias (A)</i></li> <li>- <i>Relatórios de atividades de: médicos veterinários privados habilitados, credenciados, cadastrados (A)</i></li> <li>- <i>Registro de atividades de campo (A)</i></li> <li>- <i>Emissão de relatórios e dados:</i></li> <li>- <i>Vacinação raiva (A)</i></li> <li>- <i>Atividades do sistema de vigilância (A)</i></li> </ul> <p>6. Os funcionários do SVE estão treinados e aptos a operar o sistema?</p>
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Sistema informatizado implantado na UC, todas as UVLs, EACs e PFs;</li> <li>✓ Todas as funcionalidades básicas implementadas;</li> <li>✓ Todas as funcionalidades adicionais implementadas;</li> <li>✓ Ferramentas e relatórios com adequado monitoramento de atores externos (produtores, revendas, MVs);</li> <li>✓ Sistema e/ou ferramentas digitais para disponibilização de mapas de situação com localizações e acessos de interesse, possibilidade de rotas, vínculos epidemiológicos entre as propriedades e análises de fluxos de trânsito.</li> </ul>	<p>7. Revendas e MVs privados têm permissão para realizar lançamentos no sistema? Quais?</p> <p>8. O sistema dispõe de ferramentas e relatórios para monitoramento de atores externos? O SVE monitora os registros realizados pelos atores externos? O monitoramento é adequado?</p> <p>9. Há mecanismos organizados e ágeis para atualizações periódicas das funcionalidades do sistema?</p>

		10. O sistema ou outras ferramentas disponibilizam mapas de localização dos pontos de interesse com trajeto e possíveis vínculos entre propriedades?
<b>2.3. Capacidade técnica e operacional</b>		
<b>2.3.2. Controle de cadastro de estabelecimentos agropecuários, proprietários, produtores e explorações pecuárias de animais</b>		
Capacidade do SVE de registrar e manter atualizado os dados cadastrais de proprietários, produtores, estabelecimentos agropecuários e espécies animais, de modo a representar a realidade da UF.		
Níveis de avanço	Fontes de verificação	
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de responsável ou setor de controle de cadastro;</li> <li>✓ Ausência de base cadastral atualizada somente para espécies susceptíveis a FA e/ou com índice inferior que 40%;</li> <li>✓ Ausência de critérios para atualização, inclusão e exclusão de cadastros;</li> <li>✓ Ausência de amparo legal/normativo para atualização cadastral com previsão de aplicação de penalidades;</li> <li>✓ Percentual de estabelecimentos agropecuários e explorações pecuárias com coordenadas geográficas inferior a 40% para as espécies de importância econômica;</li> <li>✓ Ausência de análise da base cadastral.</li> </ul>	<p>Considerar as diretrizes do <i>Manual de Padronização de Cadastro Agropecuário</i></p>
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de responsável ou setor de controle de cadastro;</li> <li>✓ Base cadastral atualizada somente para espécies susceptíveis a FA e/ou com índice entre 41 e 70%;</li> <li>✓ Critérios para atualização, inclusão e exclusão de cadastros não implementados na maioria das unidades;</li> <li>✓ Amparo legal/normativo para atualização cadastral sem previsão de aplicação de penalidades;</li> <li>✓ Percentual de estabelecimentos agropecuários e explorações pecuárias com coordenadas geográficas entre 41 e 70% para as espécies de importância econômica;</li> <li>✓ Ausência de análise da base cadastral.</li> </ul>	<p>1. Há responsável ou setor/equipe de coordenação e suporte ao cadastro?</p>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existência de responsável técnico para controle de cadastro;</li> </ul>	<p>2. A base de dados dos estabelecimentos agropecuários e seus proprietários, produtores e explorações pecuárias está atualizada?</p>
		<p>3. Há cadastro atualizado para quais espécies? Qual porcentagem de atualização? Verificar a atualização cadastral de propriedades que tem apenas outras espécies que não sejam bovinos.</p>
		<p>( ) Bovinos/Bubalinos</p>
		<p>( ) Suínos tecnificados</p>
		<p>( ) Suínos não tecnificados</p>
		<p>( ) Aves comerciais</p>
		<p>( ) Aves subsistência</p>
		<p>( ) Caprinos/ovinos</p>
		<p>( ) Peixes</p>
		<p>( ) Animais Aquáticos</p>
		<p>( ) Abelhas/Bicho da Seda e outros invertebrados</p>
		<p>( ) Equídeos</p>
		<p>( ) Animais Silvestres</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Base cadastral atualizada para as espécies de importância econômica, com índice de 71% a 80% para espécies susceptíveis a FA;</li> <li>✓ Critérios para atualização, inclusão e exclusão de cadastros implementados na maioria das unidades;</li> <li>✓ Amparo legal/normativo para atualização cadastral, com previsão de penalidades, porém sem aplicação totalmente implementada;</li> <li>✓ Percentual de estabelecimentos agropecuários e explorações pecuárias com coordenadas geográficas entre 71% e 80% para as espécies de importância econômica;</li> <li>✓ Análise esporádica da base cadastral de algumas espécies.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>4. Quais são os critérios para atualização, inclusão e exclusão de cadastros? Como e com que frequência o cadastro é atualizado para cada uma das espécies? Há campanhas em meses específicos para promoção da atualização obrigatória dos cadastros?</li> <li>5. A atualização cadastral tem amparo em ato legal/normativo e há previsão de aplicação de penalidades?</li> <li>6. Qual percentual de estabelecimentos agropecuários geolocalizados no estado (% por espécie)?</li> <li>7. São feitas análises da base de dados regularmente (p.ex.: relação de novos cadastros e cadastros inativos nos últimos 12 meses, comparação/análise da relação rebanho/tamanho da propriedade, falta de evolução de rebanho a alguns anos, outras). Qual a utilidade destes dados/análises?</li> </ul>
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Setor com equipe e estrutura para controle de cadastro;</li> <li>✓ Base cadastral atualizada para todas as espécies de importância econômica (terrestres e aquáticos) com índices entre 81% e 95%;</li> <li>✓ Critérios para atualização, inclusão e exclusão de cadastros implementados em todas as unidades;</li> <li>✓ Amparo legal/normativo para atualização cadastral, com previsão de penalidades, implementadas na maioria das unidades;</li> <li>✓ Percentual de estabelecimentos agropecuários e explorações pecuárias com coordenadas geográficas entre 81% e 95% para as espécies de importância econômica.</li> <li>✓ Análise regular da base cadastral para as espécies de importância econômica.</li> </ul>	
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Setor com equipe e estrutura para controle de cadastro;</li> <li>✓ Base cadastral atualizada para todas as espécies de importância econômica (terrestres e aquáticos) com índices acima de 95%;</li> <li>✓ Critérios para atualização, inclusão e exclusão de cadastros implementados em todas as unidades, com revisões periódicas;</li> <li>✓ Amparo legal/normativo para atualização cadastral, com previsão de penalidades, implementadas em todas as unidades;</li> <li>✓ Percentual de estabelecimentos agropecuários e explorações pecuárias com coordenadas geográficas superiores a 95% para todas as espécies;</li> <li>✓ Análise regular da base cadastral para todas as espécies.</li> </ul>	

### 2.3. Capacidade técnica e operacional

#### 2.3.3. Controle da movimentação de animais (terrestres e aquáticos), produtos, subprodutos e resíduos de origem animal, identificação e rastreabilidade

Autoridade e capacidade do SVE, em coordenação com os produtores e outras partes interessadas, para monitorar o trânsito de animais, produtos, subprodutos e resíduos; rastrear histórico, localização e distribuição com o propósito de controle de doenças, segurança alimentar, comércio ou qualquer outro requisito legal preconizado.

Níveis de avanço		Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Controle inadequado da movimentação de animais, seus produtos, subprodutos e resíduos;</li> <li>✓ Registro desatualizado de dados da movimentação;</li> <li>✓ Ausência de rastreabilidade de rebanhos;</li> <li>✓ Não cumprimento das normas de trânsito;</li> <li>✓ Ausência de análise de fluxos de trânsito intra e interestadual.</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Quais são as formas de GTA utilizadas (manual, eletrônica - e-GTA)? Em que circunstâncias são emitidas as GTA de forma manual?</li> <li>2. São emitidas GTA para quais espécies (verificar relatórios de GTA emitidas/espécie)?</li> <li>3. Quais são os procedimentos adotados para trânsito e certificação de subprodutos e resíduos? (CIS-E ou GTS - Guia de Trânsito de Subprodutos) e quais são os profissionais envolvidos com a emissão dos documentos de trânsito?</li> <li>4. São adotados procedimentos de segurança para que às emissões de GTA sejam devidamente autorizadas pelos produtores?</li> </ol>
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Controle da movimentação adequado para as espécies animais de importância econômica, porém com algumas deficiências;</li> <li>✓ Registro atualizado de dados da movimentação de algumas espécies;</li> <li>✓ Ausência de rastreabilidade de rebanhos;</li> <li>✓ Não cumprimento das normas de trânsito;</li> <li>✓ Ausência de análise de fluxos de trânsito intra e interestadual.</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>5. Existem ações para controle de ingresso de animais de outras UF no estado e nas propriedades de acordo com as normas sanitárias ou para atender requisitos de importação?</li> <li>6. O SV tem mecanismos para controlar as exigências de noventenas e ingressos de animais de outros estados?</li> </ol>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Controle adequado da movimentação de espécies animais de importância econômica e de produtos;</li> <li>✓ Registro atualizado de dados da movimentação de espécies de importância econômica;</li> <li>✓ Existência de rastreabilidade de rebanhos;</li> <li>✓ Cumprimento das normas de trânsito com deficiências;</li> <li>✓ Análise esporádica de fluxos de trânsito intra e interestadual.</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>7. No caso de haver na UF quarentenário (EPE, quarentenas de importação e exportação) ou Propriedade de Espera de Abate de Equídeos (PEAE), há participação do SVE na gestão de funcionamento destes estabelecimentos? de que maneira?</li> </ol>
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Controle adequado da movimentação de espécies animais de importância econômica, produtos, subprodutos e resíduos;</li> <li>✓ Registro atualizado de dados da movimentação de espécies de importância econômica;</li> <li>✓ Existência de rastreabilidade de rebanhos;</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>8. Como são atualizados os dados de movimentação dos rebanhos e de lotes de animais aquáticos, na origem e destino?</li> </ol>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Cumprimento das normas de trânsito por todas as unidades;</li> <li>✓ Análise periódica de fluxos de trânsito intra e interestadual para direcionamento das ações.</li> </ul>	<p>9. Há inscrição e cadastro de marcas ou outro sistema para reforçar a rastreabilidade de animais? As marcas constam na GTA? Existe programa de identificação e rastreabilidade individual em fase de implementação ou implementado? (ex. PNIB – Plano Nacional de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos)</p> <p>10. O SVE observa e aplica as disposições das normas para o trânsito? (checar atendimento aos manuais de trânsito e aplicação de penalidades).</p> <p>11. Há algum tipo de análise da movimentação do trânsito de animais e produtos pela UC? Qual a frequência e a finalidade? As análises são disponibilizadas para as UR e UVL e são utilizadas para direcionamento de ações? Apresentar as análises dos últimos 4 anos.</p>
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Controle adequado da movimentação de todas as espécies animais, produtos, subprodutos e resíduos;</li> <li>✓ Registro atualizado de dados da movimentação de todas as espécies;</li> <li>✓ Existência de rastreabilidade de rebanhos, incluindo identificação individual de bovinos/bubalinos;</li> <li>✓ Cumprimento das normas de trânsito por todas as unidades;</li> <li>✓ Análise periódica de fluxos de trânsito intra e interestadual para direcionamento das ações.</li> </ul>	<p>9. Há inscrição e cadastro de marcas ou outro sistema para reforçar a rastreabilidade de animais? As marcas constam na GTA? Existe programa de identificação e rastreabilidade individual em fase de implementação ou implementado? (ex. PNIB – Plano Nacional de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos)</p> <p>10. O SVE observa e aplica as disposições das normas para o trânsito? (checar atendimento aos manuais de trânsito e aplicação de penalidades).</p> <p>11. Há algum tipo de análise da movimentação do trânsito de animais e produtos pela UC? Qual a frequência e a finalidade? As análises são disponibilizadas para as UR e UVL e são utilizadas para direcionamento de ações? Apresentar as análises dos últimos 4 anos.</p>

### 2.3. Capacidade técnica e operacional

#### 2.3.4. Fiscalização do trânsito e controle de divisas e fronteiras

Autoridade e capacidade do SV de prevenir e controlar riscos associados a entrada de animais, produtos, subprodutos e resíduos de origem animal.

Níveis de avanço		Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de postos fixos e de fiscalizações volantes;</li> <li>✓ Ausência de metas para as fiscalizações volantes;</li> <li>✓ Ausência de registros da aplicação de normas de fiscalização do trânsito;</li> <li>✓ Ausência de acesso e utilização de sistemas informatizados de controle de cadastro e movimentação durante as atividades de fiscalização;</li> <li>✓ Ausência de integração com outras instituições ou estados/país.</li> </ul>	<p>1. O estado possui postos fixos de fiscalização? Apresentar a lista e localização dos postos de divisas em relação às vias de ingresso na UF. Em estados onde os postos fixos de fiscalização foram desativados, verificar quais dispositivos foram implementados para a fiscalização do trânsito e controle de divisas.</p> <p>2. Qual o horário e escalas de funcionamento dos postos fixos de fiscalização e das barreiras volantes?</p>
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Postos fixos com limitação de horário de funcionamento;</li> <li>✓ Fiscalizações volantes sem estratégia de localização;</li> <li>✓ Metas para as fiscalizações volantes com cumprimento parcial;</li> <li>✓ Poucos registros da aplicação de normas de fiscalização do trânsito;</li> </ul>	<p>3. Executam atividades de fiscalização volantes para controle e fiscalização da movimentação de animais, produtos, subprodutos e resíduos de origem animal? Existem metas de fiscalização volante? As</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Acesso e utilização eventual de sistemas informatizados de controle de cadastro e movimentação durante as atividades de fiscalização;</li> <li>✓ Ausência de ações de integração com outras instituições ou estados/país.</li> </ul>	<p>metas estão sendo cumpridas? Possuem análises de fluxos e indicação de pontos estratégicos para realização das fiscalizações volantes?</p> <p>4. Há registro das atividades de fiscalização do trânsito? As normas de fiscalização do trânsito estão sendo aplicadas em consonância com a legislação federal?</p>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Postos fixos com funcionamento 24h;</li> <li>✓ Fiscalizações volantes sem estratégia de localização;</li> <li>✓ Cumprimento de metas para as fiscalizações volantes;</li> <li>✓ Registros e falhas pontuais na aplicação de normas de fiscalização do trânsito;</li> <li>✓ Acesso e utilização somente para consulta de sistemas informatizados de controle de cadastro e movimentação durante as atividades de fiscalização;</li> <li>✓ Ações eventuais de integração com outras instituições ou estados/país;</li> </ul>	<p>5. Há acesso e utilização de sistema informatizado de controle de cadastros e movimentação de animais, produtos, subprodutos e resíduos de origem animal nos postos fixos de fiscalização? E nas fiscalizações volantes?</p> <p>6. Há integração de atividades e/ou apoio de outros setores e instituições para controle de divisas/fronteiras? (p.ex. polícia militar, exército, secretarias de saúde, polícia rodoviária federal, polícia federal, serviços de defesa de outros estado ou países, outros)</p>
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Postos fixos com funcionamento 24h;</li> <li>✓ Fiscalizações volantes com estratégia e análises para localização;</li> <li>✓ Cumprimento de metas para as fiscalizações volantes;</li> <li>✓ Registros e aplicação adequada de normas de fiscalização do trânsito;</li> <li>✓ Acesso e utilização para consulta e registro de atividades em sistemas informatizados de controle de cadastro e movimentação nos postos fixos;</li> <li>✓ Ações regulares de integração com pelo menos uma instituição ou estado ou país;</li> </ul>	
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Postos fixos com funcionamento 24h;</li> <li>✓ Fiscalizações volantes com estratégia e análises para localização;</li> <li>✓ Cumprimento de metas para as fiscalizações volantes;</li> <li>✓ Registros e aplicação adequada de normas de fiscalização do trânsito;</li> <li>✓ Acesso e utilização para consulta e registro de atividades em sistemas informatizados de controle de cadastro e movimentação nos postos fixos e volantes;</li> <li>✓ Ações regulares de integração com instituições ou estados ou país;</li> </ul>	

## 2.3. Capacidade técnica e operacional

### 2.3.5. Controle de eventos e aglomerações

Capacidade do SVE de manter registros dos eventos e aglomerações animais, de modo a monitorar as boas práticas de condução, registros de ingresso, egresso e rastreabilidade dos animais e supervisionar potenciais ocorrências sanitárias

Níveis de avanço		Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de cadastro de eventos comunicados (recintos, organizadores e RTs);</li> <li>✓ Ausência de monitoramento e fiscalização dos eventos cadastrados;</li> <li>✓ Ausência de metas de monitoramento e fiscalização de eventos;</li> <li>✓ Ausência de rastreabilidade dos animais (origem e destino pós-evento);</li> <li>✓ Ausência de acompanhamento da atuação dos RTs;</li> <li>✓ Ausência de registros de inspeção clínica e procedimentos de controle sanitário;</li> <li>✓ Ausência de procedimentos e ações para bem-estar animal em eventos.</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Há cadastro de recintos, organizadores de eventos e responsáveis técnicos (RTs)? Os cadastros são informatizados?</li> <li>2. Quais os procedimentos para autorização dos eventos? (para organizador, recintos, RTs e MVHs)</li> <li>3. Quais os controles da UC e UVLS sobre as aglomerações que ocorrem no estado? (fiscalização <i>in loco</i>, supervisão das ações de MVs privados sobre a realização dos eventos, avaliação dos mapas de entrada e saída, registros de inspeção clínica, relatórios elaborados pelos RTs, outros)</li> <li>4. Que percentual das aglomerações são fiscalizadas pelo SVE?</li> <li>5. Os controles (mapas) de entrada e saída de eventos garantem a rastreabilidade dos lotes de animais?</li> <li>6. Os MVs privados recebem capacitação específica para controle de eventos? São habilitados para emissão de GTA? Quais são suas atribuições em eventos e aglomerações?</li> <li>7. Dentre os procedimentos a serem realizados, há vistoria de animais? Existe orientação para esse procedimento? Como é registrado? Inclui inspeção clínica de animais? Em que condições a inspeção clínica é realizada? Como é registrada? Os RTs realizam inspeção clínica ou somente o SVE?</li> </ol>
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Cadastro parcial de eventos comunicados (recintos, organizadores e RTs);</li> <li>✓ Monitoramento e fiscalização com deficiências de registros e/ou procedimentos na maioria dos eventos cadastrados;</li> <li>✓ Metas de monitoramento e fiscalização de eventos com execução parcial;</li> <li>✓ Rastreabilidade dos animais (origem e destino pós-evento) com deficiências;</li> <li>✓ Acompanhamento parcial da atuação dos RTs;</li> <li>✓ Ausência de registros de inspeção clínica e procedimentos de controle sanitário;</li> <li>✓ Ausência de procedimentos e ações para bem-estar animal em eventos.</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Há cadastro de recintos, organizadores de eventos e responsáveis técnicos (RTs)? Os cadastros são informatizados?</li> <li>2. Quais os procedimentos para autorização dos eventos? (para organizador, recintos, RTs e MVHs)</li> <li>3. Quais os controles da UC e UVLS sobre as aglomerações que ocorrem no estado? (fiscalização <i>in loco</i>, supervisão das ações de MVs privados sobre a realização dos eventos, avaliação dos mapas de entrada e saída, registros de inspeção clínica, relatórios elaborados pelos RTs, outros)</li> <li>4. Que percentual das aglomerações são fiscalizadas pelo SVE?</li> <li>5. Os controles (mapas) de entrada e saída de eventos garantem a rastreabilidade dos lotes de animais?</li> <li>6. Os MVs privados recebem capacitação específica para controle de eventos? São habilitados para emissão de GTA? Quais são suas atribuições em eventos e aglomerações?</li> <li>7. Dentre os procedimentos a serem realizados, há vistoria de animais? Existe orientação para esse procedimento? Como é registrado? Inclui inspeção clínica de animais? Em que condições a inspeção clínica é realizada? Como é registrada? Os RTs realizam inspeção clínica ou somente o SVE?</li> </ol>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Cadastro parcial e informatizado de eventos comunicados (recintos, organizadores e RTs);</li> <li>✓ Monitoramento e fiscalização com deficiências pontuais de registros e/ou procedimentos dos eventos cadastrados;</li> <li>✓ Cumprimento de metas de monitoramento e fiscalização de eventos;</li> <li>✓ Rastreabilidade dos animais (origem e destino pós-evento) com deficiências pontuais;</li> <li>✓ Acompanhamento da atuação dos RTs sem utilização no direcionamento de fiscalizações;</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Há cadastro de recintos, organizadores de eventos e responsáveis técnicos (RTs)? Os cadastros são informatizados?</li> <li>2. Quais os procedimentos para autorização dos eventos? (para organizador, recintos, RTs e MVHs)</li> <li>3. Quais os controles da UC e UVLS sobre as aglomerações que ocorrem no estado? (fiscalização <i>in loco</i>, supervisão das ações de MVs privados sobre a realização dos eventos, avaliação dos mapas de entrada e saída, registros de inspeção clínica, relatórios elaborados pelos RTs, outros)</li> <li>4. Que percentual das aglomerações são fiscalizadas pelo SVE?</li> <li>5. Os controles (mapas) de entrada e saída de eventos garantem a rastreabilidade dos lotes de animais?</li> <li>6. Os MVs privados recebem capacitação específica para controle de eventos? São habilitados para emissão de GTA? Quais são suas atribuições em eventos e aglomerações?</li> <li>7. Dentre os procedimentos a serem realizados, há vistoria de animais? Existe orientação para esse procedimento? Como é registrado? Inclui inspeção clínica de animais? Em que condições a inspeção clínica é realizada? Como é registrada? Os RTs realizam inspeção clínica ou somente o SVE?</li> </ol>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Registros de inspeção clínica e procedimentos de controle sanitário com deficiências;</li> <li>✓ Ausência de procedimentos e ações para bem-estar animal em eventos.</li> </ul>	<p>8. Há procedimentos relacionados ao bem-estar animal nos eventos de aglomeração?</p>
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Cadastro informatizado de eventos comunicados (recintos, organizadores e RTs);</li> <li>✓ Monitoramento e fiscalização dos eventos cadastrados;</li> <li>✓ Cumprimento de metas de monitoramento e fiscalização de eventos;</li> <li>✓ Rastreabilidade adequada dos animais (origem e destino pós-evento);</li> <li>✓ Acompanhamento da atuação dos RTs com utilização no direcionamento de fiscalizações;</li> <li>✓ Registros adequados de inspeção clínica e procedimentos de controle sanitários;</li> <li>✓ Procedimentos e ações para bem-estar animal em eventos não aplicados em sua totalidade ou com deficiências.</li> </ul>	
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Cadastro informatizado de eventos comunicados (recintos, organizadores e RTs) e atuação em eventos não comunicados;</li> <li>✓ Monitoramento e fiscalização dos eventos cadastrados;</li> <li>✓ Cumprimento de metas de monitoramento e fiscalização de eventos;</li> <li>✓ Rastreabilidade adequada dos animais (origem e destino pós-evento);</li> <li>✓ Acompanhamento da atuação dos RTs com utilização no direcionamento de fiscalizações;</li> <li>✓ Registros adequados de inspeção clínica e procedimentos de controle sanitários;</li> <li>✓ Procedimentos e ações para bem-estar animal em eventos cadastrados.</li> </ul>	

### 2.3. Capacidade técnica e operacional

#### 2.3.6. Produtos de uso veterinário

Autoridade e capacidade do SVE de fiscalizar a manutenção da cadeia de frio no armazenamento de produtos biológicos e a comercialização dos produtos de uso veterinário.

Níveis de avanço		Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de cadastro de estabelecimentos comerciais (revendas);</li> <li>✓ Ausência de fiscalização dos produtos biológicos e farmacêuticos;</li> <li>✓ Ausência de fiscalização da manutenção da cadeia de frio no armazenamento de produtos biológicos;</li> </ul>	<p>1. Os estabelecimentos comerciais de produtos biológicos e medicamentos veterinários (revendas) estão cadastrados? Quais são os</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de diretrizes atualizadas (manual, POP, instrutivo, outros) para fiscalização de estabelecimentos comerciais;</li> <li>✓ Não adesão ao SISBI-PEC.</li> </ul>	<p>procedimentos para atualização do cadastro destes estabelecimentos? O cadastro é informatizado?</p>
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Cadastro desatualizado de estabelecimentos comerciais;</li> <li>✓ Fiscalização apenas de produtos biológicos;</li> <li>✓ Fiscalização da manutenção da cadeia de frio no armazenamento de produtos biológicos com falhas graves;</li> <li>✓ Ausência de diretrizes atualizadas para fiscalização de estabelecimentos comerciais;</li> <li>✓ Não adesão ao SISBI-PEC.</li> </ul>	<p>2. Quais as exigências para a aprovação/cadastro dos estabelecimentos de produtos biológicos e medicamentos veterinários (p. ex.: refrigeradores, geradores de energia e fábrica de gelo para os produtos que exijam refrigeração)?</p> <p>3. O SVE executa a fiscalização de produtos de uso veterinários nos estabelecimentos cadastrados? Quais são os produtos fiscalizados (produtos biológicos - vacinas, insumos para diagnóstico; e/ou produtos farmacêuticos)?</p>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Cadastro atualizado de estabelecimentos comerciais;</li> <li>✓ Fiscalização apenas de produtos biológicos;</li> <li>✓ Fiscalização adequada da manutenção da cadeia de frio no armazenamento de produtos biológicos na maioria das unidades auditadas;</li> <li>✓ Ausência de diretrizes atualizadas para fiscalização de estabelecimentos comerciais;</li> <li>✓ Não adesão ao SISBI-PEC.</li> </ul>	<p>4. Os procedimentos de fiscalização são adequados (controle de estoque (vacina brucelose), cadeia de frio, receituário obrigatório (vacina brucelose, produtos de uso controlado), produtos registrados no MAPA, prazo de validade, violação de embalagens, outros)</p>
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Cadastro atualizado de estabelecimentos comerciais;</li> <li>✓ Fiscalização de produtos biológicos e farmacêuticos com falhas pontuais;</li> <li>✓ Fiscalização adequada da manutenção da cadeia de frio no armazenamento de produtos biológicos em todas as unidades auditadas;</li> <li>✓ Implementação de diretrizes atualizadas para fiscalização de estabelecimentos comerciais;</li> <li>✓ Adesão ao SISBI-PEC.</li> </ul>	<p>5. Há indícios de falhas graves na fiscalização da cadeia de frio (controle de temperatura)? (por exemplo: ausência de controle e registro de temperatura pelo estabelecimento comercial e na atividade de fiscalização, ausência de registro de providências em caso de detecção de falhas)</p> <p>6. Existem diretrizes implementadas para fiscalização de estabelecimentos comerciais (manual, POP, instrutivo, outros)? (por exemplo: procedimentos de fiscalização, registros, metas, apreensões, inutilizações, autos de infração, outros)</p>
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Cadastro atualizado e informatizado de estabelecimentos comerciais;</li> <li>✓ Fiscalização de produtos biológicos e farmacêuticos;</li> <li>✓ Fiscalização adequada da manutenção da cadeia de frio no armazenamento de produtos biológicos em todas as unidades auditadas;</li> <li>✓ Implementação de diretrizes atualizadas para fiscalização de estabelecimentos comerciais;</li> <li>✓ Adesão ao SISBI-PEC.</li> </ul>	<p>7. O SVE aderiu ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Pecuários - SISBI-PEC?</p>

## 2.3 Capacidade técnica e operacional

### 2.3.7. Planejamento e direcionamento da vigilância veterinária

Capacidade do SVE de planejar e executar as atividades do sistema de vigilância veterinária.

<b>Níveis de avanço</b>		<b>Fontes de verificação</b>
1	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Ausência de planejamento de atividades de vigilância das doenças alvo de programas sanitários;</li><li>✓ Ausência de utilização de critérios baseados em risco para execução de vigilância de doenças alvo de programas sanitários;</li><li>✓ Ausência de acompanhamento da execução da vigilância;</li><li>✓ Ausência de relatórios do sistema de vigilância;</li><li>✓ Ausência de suporte técnico-científico para auxiliar na identificação de critérios de risco do sistema de vigilância.</li></ul>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Há planejamento de atividades de vigilância ativa coordenado pela UC? Para quais programas (terrestres e aquáticos)?</li><li>2. São aplicados critérios de risco para definição das metas de vigilância efetiva em propriedades alvo? Para quais programas sanitários (terrestres e aquáticos)? Considerar as orientações no item 8 e seus sub-itens.</li><li>3. O planejamento prevê integração estratégica de vigilância, levando em consideração a capacidade operacional do SVE? No caso de vigilância integrada, consideram-se os critérios de risco de todos os programas?</li><li>4. Como é feito o acompanhamento das atividades das UVLs pela UC e/ou pela UR?</li></ol>
2	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Planejamento de atividades de vigilância de doenças alvo de um a dois programas sanitários;</li><li>✓ Utilização de critérios baseados em risco para execução de vigilância de doenças alvo de um a dois programas sanitários;</li><li>✓ Execução deficiente do planejamento e ausência de acompanhamento da atividade de vigilância;</li><li>✓ Relatórios esporádicos de vigilância de doenças alvo de um a dois programas sanitários;</li><li>✓ Ausência de suporte técnico-científico para auxiliar na identificação de critérios de risco do sistema de vigilância.</li></ul>	<ol style="list-style-type: none"><li>5. Existe lista atualizada de propriedades/áreas de maior risco para as doenças de animais terrestres e aquáticos? Consta no sistema informatizado? A vigilância realizada está coerente com estas listas?</li><li>6. São produzidos relatórios do sistema de vigilância? (relatórios dos componentes do sistema de vigilância de FA, sanidade suídea e avícola). Com que frequência e para quais programas? São realizadas análises? Estas são utilizadas para o direcionamento de ações?</li><li>7. O SVE dispõe de suporte técnico-científico para auxiliar na identificação de critérios de risco do sistema de vigilância?</li><li>8. Existem metas para execução das atividades de vigilância pelas UVLs? Estão sendo cumpridas? Para quais programas sanitários?</li></ol>

3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Planejamento de atividades de vigilância de doenças alvo de pelo menos três programas sanitários;</li> <li>✓ Utilização de critérios baseados em risco para execução de vigilância de doenças alvo de pelo menos três programas sanitários;</li> <li>✓ Execução parcial do planejamento e falhas no acompanhamento da atividade de vigilância;</li> <li>✓ Relatórios regulares de vigilância de doenças alvo de pelo menos três programas sanitários;</li> <li>✓ Ausência de suporte técnico-científico para auxiliar na identificação de critérios de risco do sistema de vigilância.</li> </ul>	<p>Considerar: PNEFA, PNCEBT (se aplicável, conforme prevalências), PNSS, PNSA, PNNEB, PNSAb, MoluBiS, Aquicultura com Sanidade.</p> <p>Verificar as diretrizes para vigilância dos programas abaixo:</p> <p><b>8.1. PNEFA:</b> O planejamento das ações de vigilância da FA considera as 4 análises anuais a serem realizadas e fatores de risco do plano de vigilância? (<i>vigilância a partir de notificações; vigilância em eventos de aglomeração; vigilância em abatedouros e vigilância em propriedades</i>). <i>Propriedades: vigilância em 2% de prop. por município/semestre;</i></p> <p><b>8.2. PNSA:</b> Realiza vigilância ativa para IA e DNC conforme plano de vigilância?</p>
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Planejamento de atividades de vigilância de doenças alvo de todos os programas sanitários de interesse econômico do estado;</li> <li>✓ Utilização de critérios baseados em risco para execução de vigilância de doenças alvo de todos os programas sanitários de interesse econômico do estado;</li> <li>✓ Execução do planejamento e acompanhamento adequados da atividade de vigilância;</li> <li>✓ Relatórios regulares de vigilância de doenças alvo de todos os programas sanitários de interesse econômico do estado;</li> <li>✓ Eventual suporte técnico-científico para auxiliar na identificação de critérios de risco do sistema de vigilância.</li> </ul>	<p>Executa vigilância em pontos de risco cadastrados? (sítios de aves migratórias, locais de aglomerações de aves, zoológicos, assentamentos, estabelecimentos que comercializam aves vivas)</p> <p><b>8.3. PNSS: Se <u>ZONA LIVRE</u> de PSC:</b></p> <p>Aplica o Plano Integrado de Vigilância de Doenças de Suínos?</p> <p>Os componentes do Plano: 1- <i>Vigilância sorológica baseada em risco</i> e 2-<i>Inspeções em estabelecimentos de criação</i> são executados de acordo com o plano amostral; respectivos critérios do Plano e documentos complementares? Os critérios de risco para seleção de propriedades estão sendo observados? e, Componente 5- <i>Vigilância sorológica em suínos asselvajados</i> - há dados sobre população e habitat de suínos asselvajados? Há registros de vigilância sorológica nestes animais?</p>
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Planejamento de atividades de vigilância de doenças alvo de todos os programas sanitários de interesse econômico do estado;</li> <li>✓ Utilização de critérios baseados em risco para execução de vigilância de doenças alvo de todos os programas sanitários de interesse econômico do estado;</li> </ul>	<p>São feitas fiscalizações em DRSU? Há metas de fiscalização? Verificar o percentual de lixões e aterros fiscalizados/cadastrados e periodicidade?</p>

<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Execução do planejamento e acompanhamento adequados da atividade de vigilância, com revisão quando necessário;</li> <li>✓ Relatórios regulares de vigilância de doenças alvo de todos os programas sanitários de interesse econômico do estado;</li> <li>✓ Frequentes suporte técnico-científico para auxiliar na identificação de critérios de risco do sistema de vigilância.</li> </ul>	<p><b>Se <u>ZONA NÃO LIVRE:</u></b></p> <p>Aplica o Plano Estratégico Brasil Livre de PSC?</p> <p>Há metas de vigilância em propriedades com suínos? Qual a porcentagem de execução? São feitas orientações sobre biosseguridade?</p> <p>São feitas fiscalizações em DRSU? Há metas de fiscalização? Verificar o porcentual de lixões e aterros fiscalizados/cadastrados e periodicidade? Há registros da presença de suínos e de ações adotadas para sua retirada?</p> <p><b>8.4. PNCEBT:</b> Há ações de vigilância para detecção de focos de brucelose e tuberculose? (p. ex.: exames em gado leiteiro, em recepção de laticínios, achados de abate/lesões sugestivas em frigorífico)?</p> <p><b>ATENÇÃO:</b> <u>Estas ações se aplicam às UFs com prevalências de brucelose e de tuberculose entre 2% e 5% e abaixo de 2%, informação necessária para avaliar se há detecção e saneamento obrigatório de focos, a partir de alguma ação de vigilância ativa.</u></p> <p><b>8.5. PNNEB:</b> Há fiscalização do fornecimento de alimentos para ruminantes (cama de aviário, resíduos de criação de suínos, outros POA) em propriedades, municípios ou áreas com fatores de risco? (Avaliar se estão sendo selecionadas propriedades com fatores de risco associados: criação de bovinos confinados e semiconfinados em regiões com disponibilidade de cama de aviário, ou com exploração de suínos na mesma propriedade).</p> <p><b>8.6. Aquicultura com sanidade:</b> O SVE estabeleceu diretrizes ou metas de vigilância em animais aquáticos?</p> <p><b>8.7. PNSAb:</b> O SVE estabeleceu diretrizes ou metas de vigilância em abelhas?</p>
---	--

		<p><b>8.8. MoluBiS:</b> Há fiscalização para controle higiênico-sanitário dos moluscos sobre as etapas de retirada nas áreas de vigilância?</p> <p>A vigilância se baseia na determinação de quais contaminantes? Os resultados da vigilância definem a estratégia de coletas e controle da retirada de moluscos bivalves? O plano de amostragem e as coletas estão sendo corretamente realizados?</p>
--	--	--

### 2.3. Capacidade técnica e operacional

#### 2.3.8. Capacidade para detecção precoce e rápido atendimento a suspeitas de doenças de notificação imediata

Capacidade de resposta rápida às notificações de suspeitas e ocorrências de doenças nas populações animais.

Níveis de avanço		Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de cadastramento de fontes de informação;</li> <li>✓ Ausência de procedimentos de divulgação da obrigatoriedade de notificar doenças de notificação imediata;</li> <li>✓ Baixo número com frequência irregular de registros de notificação (e-SISBRAVET, ou formulários para aquáticos) ou de investigação de ocorrências das doenças de notificação imediata;</li> <li>✓ Tempos de ação e reação maiores que os preconizados.</li> </ul>	<p>1. As principais fontes de informação (produtores, MVs privados, clínicas/hospitais veterinários e instituições de ensino e pesquisa, centros de diagnóstico) para identificação e notificação de doenças animais terrestres (IN 50/2013) e aquáticos (Portaria MPA 19/2015) estão cadastradas?</p> <p>2. Há planejamento de ações para sensibilização das principais fontes de informação para notificar doenças de notificação imediata? Está sendo executado conforme planejado? Quais fontes de informação estão sendo alcançadas nesse planejamento? Quais meios de comunicação estão sendo utilizados? Há divulgação às fontes de informação de como e por meio de quais canais a notificação das doenças pode ser feita?</p> <p><u>Meios de comunicação:</u> telefones, link para acesso ao e-SISBRAVET no website do SVE, comunicação e publicidade em mídias sociais, rádio,</p>
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Cadastramento de fontes de informação incompleto na UC e ausente nas UVLs;</li> <li>✓ Procedimentos não planejados e eventuais de divulgação da obrigatoriedade de notificar doenças de notificação imediata;</li> <li>✓ Baixo número com frequência irregular de registros de notificação (e-SISBRAVET, ou formulários para aquáticos) ou investigação de ocorrências das doenças de notificação imediata;</li> <li>✓ Tempos de ação e reação maiores que os preconizados.</li> </ul>	
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Cadastramento de fontes de informação incompleto e/ou desatualizado na UC e UVLs;</li> </ul>	

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Procedimentos planejados com execução parcial, em alguns meios de divulgação e para algumas fontes de informação, de divulgação da obrigatoriedade de notificar doenças de notificação imediata;</li> <li>✓ Baixo número com frequência regular de registros de notificação (e-SISBRAVET, ou formulários para aquáticos) ou investigação de ocorrências das doenças de notificação imediata;</li> <li>✓ Tempos de ação e reação próximos dos preconizados para pelo menos uma síndrome.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>materiais de orientação impressos, website, palestras padronizadas, eventos com partes interessadas.</li> </ul>
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Cadastramento de fontes de informação completo e atualizado na UC e UVLs;</li> <li>✓ Procedimentos planejados com execução sistemática em diversos meios de divulgação e para várias fontes de informação, de divulgação da obrigatoriedade de notificar doenças de notificação imediata;</li> <li>✓ Frequência constante de registros de notificação (e-SISBRAVET, ou formulários para aquáticos) ou investigação de ocorrências das doenças de notificação imediata;</li> <li>✓ Tempos de ação e reação próximos dos preconizados para todas as síndromes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>3. Há registros de notificações e atendimentos de ocorrências no e-Sisbravet? Para animais aquáticos, consultar formulários (fora do sistema). Os formulários são encaminhados conforme fluxo e prazos estabelecidos? Foram registradas notificações nos últimos três anos?</li> <li>4. Verificar registros de notificação por doença/síndrome, no e-SISBRAVET nos últimos três anos. Verificar por doença e síndrome: notificações pendentes de classificação; ocorrências pendentes de atendimento; tempo de reação. Verificar razões para a classificação "improcedente" de notificações não atendidas e "pendentes de classificação".</li> </ul>
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Cadastramento de fontes de informação completo e atualizado na UC e UVLs;</li> <li>✓ Procedimentos planejados com execução sistemática em diversos meios de divulgação e para várias fontes de informação, de divulgação da obrigatoriedade de notificar doenças de notificação imediata;</li> <li>✓ Frequência constante de registros de notificação (e-SISBRAVET, ou formulários para aquáticos) ou investigação de ocorrências das doenças de notificação imediata;</li> <li>✓ Tempos de ação e reação dentro dos preconizados para todas as síndromes.</li> </ul>	

### 2.3. Capacidade técnica e operacional

#### 2.3.9. Capacidade para atuação em emergências zoossanitárias

Capacidade do SVE para responder rapidamente em caso de emergência zoossanitária.

Níveis de avanço		Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de Grupo Estadual de Emergência Zoossanitária - GEEZ/UF;</li> <li>✓ Ausência de capacitação para qualificação do GEEZ;</li> <li>✓ Ausência de Comitê Estadual de Preparação e Resposta às Emergências Zoossanitárias (CEPREZ/UF;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1. O SVE dispõe de Grupo Estadual de Emergência Zoossanitária - GEEZ? As diretrizes para formação do grupo estão sendo seguidas? Há oficialização do grupo por meio de dispositivo legal conjunto com a</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de materiais e equipamentos para atendimentos;</li> <li>✓ Dados municipais/estaduais para subsidiar ações de emergência incompletos e/ou desatualizados.</li> </ul>	<p>SFA/MAPA? Estão ocorrendo reuniões com regularidade? Todos os integrantes têm conhecimento de suas funções (verificar pautas, atas e regularidades de reuniões)?</p>
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Grupo Estadual de Emergência Zoossanitária - GEEZ/UF com composição desatualizada;</li> <li>✓ Capacitação esporádica para alguns integrantes do GEEZ e para pelo menos um programa sanitário;</li> <li>✓ Comitê Estadual de Preparação e Resposta às Emergências Zoossanitárias (CEPREZ/UF instituído, mas sem atuação;</li> <li>✓ Materiais e equipamentos para atendimentos desorganizados e incompletos para algumas espécies;</li> <li>✓ Dados municipais/estaduais para subsidiar ações de emergência incompletos e/ou desatualizados.</li> </ul>	<p>2. Existe capacitação para atuação em emergências? Para quais doenças alvo de programas sanitários? Todos os componentes do grupo foram treinados? Verificar na planilha de informações de pré-auditória da ferramenta para quais síndrome/doença/programas houve treinamento.</p> <p>Existe um programa de capacitação estruturado, prevendo treinamentos para síndromes/doenças/programas e outras doenças de importância econômica?</p>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Grupo Estadual de Emergência Zoossanitária - GEEZ/UF com composição atualizada e atuante;</li> <li>✓ Capacitação anual para a maioria dos integrantes do GEEZ e para pelo menos um programa sanitário;</li> <li>✓ Comitê Estadual de Preparação e Resposta às Emergências Zoossanitárias (CEPREZ/UF instituído, com atuação parcial;</li> <li>✓ Materiais e equipamentos para atendimentos organizados, mas incompletos para as espécies de maior importância para o sistema produtivo local;</li> <li>✓ Dados municipais/estaduais para subsidiar ações de emergência completos e desatualizados.</li> </ul>	<p>3. Existe Comitê Estadual de Preparação e Resposta às Emergências Zoossanitárias? É atuante? (verificar Ofício-circular 106/2023 - material de pré-auditória)</p> <p>4. Os materiais e equipamentos necessários para investigação das suspeitas de doenças e aqueles para atuação em emergências zoossanitárias estão completos, organizados? (Verificar nos questionários de auditoria (abas UC e UVLS) para quais espécies animais há material). Há distribuição adequada e controle do estoque de equipamentos/materiais, com procedimentos definidos para verificação e reposição, na UC e nas UVLS? Como é feito o controle de estoque e solicitação de reposição? Existe um sistema informatizado ou ferramenta digital para este controle?</p>
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Grupo Estadual de Emergência Zoossanitária - GEEZ/UF com composição atualizada e atuante;</li> <li>✓ Capacitação anual para todos os integrantes do GEEZ e para pelo menos três programas sanitários;</li> <li>✓ Comitê Estadual de Preparação e Resposta às Emergências Zoossanitárias (CEPREZ/UF instituído e atuante;</li> </ul>	<p>5. O SVE dispõe de todos os dados estaduais/municipais atualizados para subsidiar ações em emergências? (Planilhas de cadastro do sistema agroprodutivo, p. ex.: relação autoridades, hotéis, estab. comerciais, etc.). Como é atualizado? Existe instrutivo da UC</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Materiais e equipamentos para atendimentos organizados, completos para as espécies de maior importância para o sistema produtivo local, com rotina de verificação e reposição;</li> <li>✓ Dados municipais/estaduais para subsidiar ações de emergência completos e atualizados.</li> </ul>	estabelecendo periodicidade de atualização e envio/compartilhamento dos dados para cada UR/UVL?
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Grupo Estadual de Emergência Zoossanitária - GEEZ/UF com composição atualizada e atuante;</li> <li>✓ Capacitação para todos os integrantes do GEEZ inserido em um programa estruturado e para todas as doenças de importância econômica do estado;</li> <li>✓ Comitê Estadual de Preparação e Resposta às Emergências Zoossanitárias (CEPREZ/UF instituído e atuante;</li> <li>✓ Materiais e equipamentos para atendimentos organizados, completos para as espécies de maior importância para o sistema produtivo local, com rotina de verificação e reposição gerida por sistema informatizado;</li> <li>✓ Dados municipais/estaduais para subsidiar ações de emergência completos e atualizados.</li> </ul>	

### 2.3. Capacidade técnica e operacional

#### 2.3.10. Diagnóstico laboratorial e envio de amostras

Capacidade e acesso do SVE ao diagnóstico laboratorial de amostras biológicas que permita identificar e registrar agentes patogênicos, incluindo aqueles relevantes para a saúde animal e pública

Níveis de avanço		Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de centro de triagem;</li> <li>✓ Ausência de logística e envio tempestivo de amostras a laboratórios de referência;</li> <li>✓ Ausência de laboratório próprio ou convênio/contrato com laboratórios de outras instituições;</li> <li>✓ Ausência de comunicação do diagnóstico final (resultados de lab. próprio, conveniado ou LFDA) aos interessados.</li> </ul>	<p>1- O SVE dispõe de centro de triagem de amostras para remessa a laboratórios de referência e/ou conveniados/contratados?</p> <p>2- O SVE dispõe de logística (interna e interestadual) para envio tempestivo de amostras para diagnóstico e análises químicas? (checkar evidências de envio de amostras no tempo requerido).</p>
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existência de centro de triagem;</li> </ul>	3- O SVE dispõe de laboratório de diagnóstico próprio ou mantém convênio/contrato com laboratórios de diagnóstico público ou privado

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Logística com falhas e intempestividade que comprometem o envio das amostras a laboratórios de referência;</li> <li>✓ Ausência de laboratório próprio ou convênio/contrato com laboratórios de outras instituições;</li> <li>✓ Ausência de comunicação do diagnóstico final (resultados de lab. próprio, conveniado ou LFDA) aos interessados.</li> </ul>	<p>(universidades, institutos, etc) para as principais <i>doenças de controle oficial</i>?</p> <p><b>Doença de controle oficial:</b> na auditoria se refere às doenças alvo de programa oficial passíveis de serem diagnosticadas pelos SVEs: brucelose, tuberculose, raiva, AIE e mormo. As demais doenças de controle oficial são diagnosticadas pelos LFDA (PSC, Febre Aftosa, PSA, PRRS, IA, New Castle, EEB).</p>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existência de centro de triagem;</li> <li>✓ Logística com falhas ocasionais, porém com tempestividade, que não comprometem o envio das amostras a laboratórios de referência;</li> <li>✓ Laboratório próprio ou convênio/contrato com laboratórios de outras instituições para pelo menos uma <i>doença de controle oficial</i>;</li> <li>✓ Comunicação do diagnóstico final (resultados de lab. próprio, conveniado ou LFDA) aos interessados em algumas situações.</li> </ul>	<p>4- O SVE realiza (lab. próprio ou conveniado) o diagnóstico de doenças não relacionadas a programas sanitários, mas de interesse do sistema agro produtivo estadual ou saúde pública?</p> <p>5- Há evidências de mecanismos eficientes de comunicação tempestiva dos resultados entre laboratório, UC, UVL, produtor e MV privado?</p>
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existência de centro de triagem;</li> <li>✓ Logística e envio tempestivo das amostras a laboratórios de referência;</li> <li>✓ Laboratório próprio ou convênio/contrato com laboratórios de outras instituições para cinco <i>doenças de controle oficial</i>;</li> <li>✓ Comunicação tempestiva do diagnóstico final (resultados de lab. próprio, conveniado ou LFDA) aos interessados na maioria das situações.</li> </ul>	
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existência de centro de triagem;</li> <li>✓ Logística e envio tempestivo das amostras a laboratórios de referência;</li> <li>✓ Laboratório próprio ou convênio/contrato com laboratórios de outras instituições para cinco <i>doenças de controle oficial</i> e para outras doenças de importância do sistema agro produtivo e/ou para a saúde pública;</li> <li>✓ Comunicação tempestiva do diagnóstico final (resultados de lab. próprio, conveniado ou LFDA) aos interessados de todas as enfermidades (as de controle oficial, as de importância para o sistema agro produtivo e saúde pública).</li> </ul>	

## 2.3. Capacidade técnica e operacional

### 2.3.11. Sistema de Informação Zoossanitária e Epidemiologia (estrutura, organização e funcionamento)

Capacidade do serviço veterinário em organizar e observar os fluxos estabelecidos de informações epidemiológicas e realizar análises que subsidiem a gestão zoossanitária.

Níveis de avanço		Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de setor de epidemiologia e informação zoossanitária implementado;</li> <li>✓ Uso do e-Sisbravet se restringe à UC (capilaridade);</li> <li>✓ Registro das notificações e ocorrências no sistema fora dos prazos;</li> <li>✓ Não conformidades de registros das notificações e ocorrências de doenças de notificação imediata;</li> <li>✓ Ausência de verificação, acompanhamento e obtenção de correções;</li> <li>✓ Ausência de análises ou relatórios de dados zoossanitários;</li> <li>✓ Ausência de apoio de especialistas ao setor de epidemiologia e informação zoossanitária.</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A UC dispõe de setor de Epidemiologia e Informação zoossanitária estruturado (existência de pontos focais atuantes, organograma definido, atribuições formalizadas, técnicos em número suficiente para desenvolvimento das atividades)?</li> <li>2. Quantos MVs estão cadastrados no e-SISBRAVET, por perfil? Os perfis coincidem com as funções dos MV oficiais? (Verificar a porcentagem de MVs cadastrados). Qual a distribuição no SVE dos MV capacitados a utilizar o e-Sisbravet??</li> </ol>
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de setor de epidemiologia e informação zoossanitária, com servidores de outros setores desenvolvendo as atividades;</li> <li>✓ Uso do e-Sisbravet se restringe à UC e parte das UVLs auditadas (capilaridade);</li> <li>✓ Maioria dos registros das notificações e ocorrências fora dos prazos;</li> <li>✓ Não conformidades na maioria dos registros das notificações e ocorrências de doenças de notificação imediata;</li> <li>✓ Falhas na verificação, acompanhamento eventual e demora na obtenção de correções;</li> <li>✓ Ausência de análises ou relatórios de dados zoossanitários;</li> <li>✓ Ausência de apoio de especialistas ao setor de epidemiologia e informação zoossanitária.</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>3. Verificar prazo para registro dos atendimentos de casos prováveis de doenças que requerem ação imediata. Verificar as ocorrências abertas (ou com diagnóstico final pendente), verificar o diagnóstico final e respectivo critério de confirmação e total de casos confirmados de doenças de notificação imediata.</li> <li>4. O SVE está realizando regularmente os registros de doenças investigadas no e-Sisbravet? Todas as doenças de notificação imediata e dos programas de vigilância estão sendo registradas corretamente no e-Sisbravet, para doenças dos animais terrestres, e nos formulários de investigação, para doenças de animais aquáticos?</li> <li>5. Há acompanhamento pelos pontos focais de Epidemiologia e dos programas, da UC ou regional, dos registros no e-Sisbravet, de acordo com o manual do usuário, Fichas Técnicas e normas oficiais? Há capacidade para orientações adequadas e oportunas para correções e acompanhamento de retificações? As ocorrências são acompanhadas</li> </ol>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Setor de epidemiologia e informação zoossanitária com servidores em número insuficiente;</li> <li>✓ Uso do e-Sisbravet se restringe à UC e parte das UVLs auditadas (capilaridade);</li> <li>✓ Maioria dos registros das notificações e ocorrências dentro dos prazos;</li> </ul>	

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Não conformidades em parte dos registros das notificações e ocorrências de doenças de notificação imediata;</li> <li>✓ Boa verificação e acompanhamento, obtenção de correções com pouco atraso;</li> <li>✓ Análises ou relatórios eventuais de dados zoossanitários;</li> <li>✓ Ausência de apoio de especialistas ao setor de epidemiologia e informação zoossanitária.</li> </ul>	<p>por meio de atendimentos frequentes, são encerradas de forma oportuna e com a inclusão de laudos e outros documentos necessários?</p> <p>6. O SVE elabora relatórios de análise da vigilância passiva? Utiliza os dados da exportação do e-Sisbravet para elaboração de relatórios e análises? Qual a frequência, objetivo e público-alvo?</p> <p>7. O SVE dispõe de apoio de especialistas para apoio ao setor de epidemiologia e informação zoossanitária? Como se dá este apoio, por meio de qual(is) instituição(ões) e com que regularidade?</p>
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Setor de epidemiologia e informação zoossanitária com número suficiente de servidores;</li> <li>✓ Uso do e-Sisbravet pela UC e totalidade das UVLs auditadas (capilaridade);</li> <li>✓ Maioria dos registros das notificações e ocorrências dentro dos prazos;</li> <li>✓ Conformidade na maioria dos registros das notificações e ocorrências de doenças de notificação imediata;</li> <li>✓ Verificação e acompanhamento sistemáticos, obtenção de correções em tempo oportuno;</li> <li>✓ Análises ou relatórios regulares de dados zoossanitários;</li> <li>✓ Apoio eventual de especialistas ao setor de epidemiologia e informação zoossanitária.</li> </ul>	
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Setor de epidemiologia e informação zoossanitária com número suficiente de servidores;</li> <li>✓ Uso do e-Sisbravet pela UC e totalidade das UVLs auditadas (capilaridade);</li> <li>✓ Todos os registros das notificações e ocorrências dentro dos prazos;</li> <li>✓ Conformidade de registros das notificações e ocorrências de doenças de notificação imediata;</li> <li>✓ Verificação e acompanhamento sistemáticos, obtenção imediata de correções;</li> <li>✓ Análises ou relatórios regulares de dados zoossanitários;</li> <li>✓ Apoio regular de especialistas ao setor de epidemiologia e informação zoossanitária.</li> </ul>	

### 3.1. Interação com a comunidade

#### 3.1.1. Educação e comunicação em saúde animal

Capacidade do SVE de manter as partes interessadas informadas, em tempo e de forma transparente, sobre as atividades e programas sob sua atribuição e a evolução dos temas de saúde e bem-estar animal.

Níveis de avanço		Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Ausência de setor responsável para desenvolver e coordenar ações e projetos de educação e comunicação em saúde animal;</li><li>✓ Ausência de planejamento de ações de educação e comunicação em saúde animal realizadas;</li><li>✓ Ausência de materiais atualizados (mídias, álbuns seriados, banners, cartazes, folders, cartilhas) nas UVLs, website e redes sociais;</li><li>✓ Ausência de projetos de educação e comunicação em saúde animal.</li></ul>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Há setor responsável para desenvolver e coordenar ações e projetos de educação e comunicação em saúde animal?</li><li>2. Existe planejamento para ações realizadas pela UC e unidades descentralizadas? Para quais atores são direcionadas? (produtores, veterinários privados e outros profissionais de ciências agrárias, estabelecimento comercial, outros) Como é feito o acompanhamento do seu cumprimento? O SV desenvolve alguma atividade junto à estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário (revendas), para divulgar ações de saúde animal e/ou coleta de informações (sensores)?</li><li>3. Os materiais produzidos para comunicação (mídias, álbuns seriados, banners, cartazes, folders, cartilhas) são atualizados? Estão disponíveis nas unidades descentralizadas, website e redes sociais, de forma regular?</li></ol>
2	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Ausência de setor responsável para desenvolver e coordenar ações e projetos de educação e comunicação em saúde animal;</li><li>✓ Existência de planejamento de ações de educação e comunicação em saúde animal para produtores, com cumprimento parcial;</li><li>✓ Materiais desatualizados (mídias, álbuns seriados, banners, cartazes, folders, cartilhas) disponíveis nas UVLs, website e redes sociais;</li><li>✓ Ausência de projetos de educação e comunicação em saúde animal.</li></ul>	<ol style="list-style-type: none"><li>4. O SVE fornece informações atualizadas via internet, websites, redes sociais e outros canais (campanhas publicitárias, fóruns, seminários)? A UC disponibiliza apresentações padronizadas para uso das UVLs?</li><li>5. Há projetos de educação e/ou comunicação em saúde animal e/ou saúde pública? O SVE elaborou planos de comunicação? Os projetos contam com planejamento anual? Estão alinhados com as orientações do MAPA (consultar planos de comunicação disponíveis pelo MAPA):</li></ol>
3	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Ausência de setor, mas possui servidor(es) responsável(eis) por desenvolver e coordenar ações e projetos de educação e comunicação em saúde animal;</li><li>✓ Existência de planejamento de ações de educação e comunicação em saúde animal para produtores e profissionais de ciências agrárias com cumprimento parcial para algum dos atores;</li><li>✓ Materiais atualizados (mídias, álbuns seriados, banners, cartazes, folders, cartilhas) disponíveis na maioria das unidades descentralizadas;</li><li>✓ Executa pelo menos um projeto de educação e comunicação em saúde animal.</li></ul>	

4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existência de setor responsável por desenvolver e coordenar ações e projetos de educação e comunicação em saúde animal;</li> <li>✓ Existência de planejamento de ações de educação e comunicação em saúde animal para produtores, profissionais de ciências agrárias, e estabelecimentos comerciais, com cumprimento integral para alguns destes atores;</li> <li>✓ Materiais atualizados (mídias, álbuns seriados, banners, cartazes, folders, cartilhas) disponíveis na maioria das unidades descentralizadas, website e redes sociais;</li> <li>✓ Executa e avalia projetos de educação e comunicação em saúde animal.</li> </ul>	<p>PNEFA, IA, Livros <i>Diálogos para prevenção de PSA e IA, outros</i> (pastas de pré auditoria)?</p> <p>6. Como o SVE avalia e revisa os projetos executados? Os resultados são utilizados para reorientar os projetos (retroalimentação)?</p>
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existência de setor responsável por desenvolver e coordenar ações e projetos de educação e comunicação em saúde animal;</li> <li>✓ Existência de planejamento de ações de educação e comunicação em saúde animal para produtores, profissionais de ciências agrárias, e estabelecimentos comerciais, com cumprimento integral para todos estes atores;</li> <li>✓ Materiais atualizados (mídias, álbuns seriados, banners, cartazes, folders, cartilhas) disponíveis em todas as unidades descentralizadas, website e redes sociais;</li> <li>✓ Executa e avalia projetos de educação e comunicação em saúde animal, com revisão para retroalimentação e redirecionamento, se necessário.</li> </ul>	

### 3.1. Interação com a comunidade

#### 3.1.2. Participação da comunidade e consulta às partes interessadas

Capacidade do SVE de consultar e permitir a participação das partes interessadas em atividades, programas, desenvolvimento e evolução dos temas de saúde animal.

Níveis de avanço		Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de interação com a comunidade, organizações do setor agro produtivo e outras instituições interessadas;</li> <li>✓ Ausência de consulta às partes interessadas sobre estratégias de programas sanitários e elaboração/revisão de legislações estaduais;</li> <li>✓ Ausência de comitês/conselhos ativos para suporte a programas/cadeias produtivas.</li> <li>✓ Ausência de submissão de consultas públicas sobre legislações estaduais;</li> </ul>	<p>1. Há participação das partes interessadas em grupos de trabalhos ou atividades conjuntas? (p.ex.: <i>veterinários privados, associações de criadores/produtores, sindicatos, cooperativas agropecuárias, sociedades rurais, fundos de saúde animal, federações de agricultura, câmaras técnicas de cadeias produtivas, CRMV, universidades,</i></p>

2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Pouca interação com a comunidade, organizações do setor agro produtivo e outras instituições interessadas de forma não planejada ou formalizada;</li> <li>✓ Raras consultas às partes interessadas sobre estratégias de programas sanitários e elaboração/revisão de legislações estaduais, somente quando demandado pelas partes;</li> <li>✓ Poucos comitês/conselhos instituídos, de pouca atuação para suporte a programas/cadeias produtivas;</li> <li>✓ Ausência de submissão de consultas públicas sobre legislações estaduais.</li> </ul>	<p><i>empresas de pesquisa, órgãos de extensão rural, órgãos do meio ambiente e outros);</i></p> <p>2. O SVE possui mecanismos de consulta às partes interessadas sobre estratégias de condução de programas sanitários ou legislações estaduais? Como é feito? Existe comprovação da participação das partes interessadas?</p> <p>3. Há exemplos de atos normativos elaborados sob consulta pública? Ocorre participação do SVE em audiências públicas? Há exemplos de participação em audiências dos diferentes níveis (federal, estadual, municipal)?</p>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Eventual interação com a comunidade, organizações do setor agro produtivo e outras instituições interessadas, quando solicitado em situações pontuais;</li> <li>✓ Eventual participação das partes interessadas sobre estratégias de programas sanitários e elaboração/revisão de legislações estaduais por necessidade/exigência dos programas sanitários;</li> <li>✓ Comitês/conselhos instituídos e atuantes para suporte a alguns programas/cadeias produtivas;</li> <li>✓ Ausência de submissão de consultas públicas sobre legislações estaduais.</li> </ul>	<p>4. Existem comitês ou conselhos ativos? (p.ex.: conselhos de saúde animal, agropecuária ou sanidade agropecuária, comitês relacionados aos programas de saúde animal como Grupo gestor do PE-PNEFA, sanidade avícola (COESA), sanidade de suínos (COESUI), AIE/PNSE (CECAIE), comitê estadual de sanidade de animais aquáticos, abelhas, moluscos bivalves e outros)</p>
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Interação regular com a comunidade, organizações do setor agro produtivo e outras instituições interessadas, de forma ativa;</li> <li>✓ Participação regular das partes interessadas sobre estratégias para condução de programas sanitários e elaboração/revisão de legislações estaduais;</li> <li>✓ Comitês/conselhos instituídos e atuantes para suporte à maioria dos programas/cadeias produtivas;</li> <li>✓ Eventual submissão de consultas públicas sobre legislações estaduais.</li> </ul>	
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Interação regular com a comunidade, organizações do setor agroprodutivo e outras instituições interessadas, de forma ativa;</li> <li>✓ Regular participação das partes interessadas sobre estratégias de programas sanitários e elaboração/revisão de legislações estaduais;</li> <li>✓ Comitês/conselhos instituídos e atuantes para suporte à maioria dos programas/cadeias produtivas;</li> <li>✓ Submissão regulares de consultas públicas sobre legislações estaduais.</li> </ul>	

### 3.2. Interação com os médicos veterinários

#### 3.2.1. Habilitação e cadastramento dos médicos veterinários

Autoridade e capacidade do SVE em habilitar, autorizar ou delegar ao setor privado tarefas oficiais em seu nome.

Níveis de avanço		Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de participação na concessão de atividades ao setor privado;</li> <li>✓ Ausências de controles oficiais sobre as atividades delegadas;</li> <li>✓ Ausência de participação dos profissionais no sistema de notificação de doenças;</li> <li>✓ Ausência de disponibilidade da relação dos MV habilitados e cadastrados;</li> <li>✓ Ausência de planejamento para aprimoramento da interface com os profissionais e de incentivo à notificação.</li> </ul>	<p>1. O SVE concedeu participação na concessão de habilitação/delegação de atividades a profissionais privados? Há interface com SFA/MAPA para estas atividades? (p. Ex.: cadastro de vacinadores de Brucelose, cadastro para coleta de material AIE, RT de eventos e outros)</p> <p>2. Para quais atividades há delegação de competência pelo SVE? O SVE monitora, fiscaliza e adota medidas administrativas em relação ao profissional, quando pertinente? Existem metas de fiscalização dentro de um planejamento anual? Há previsão legal para aplicação de penalidades nas delegações de competência realizadas pelo SVE? Estão sendo aplicadas por todas as unidades?</p>
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Participação na concessão de atividades ao setor privado;</li> <li>✓ Ausências de controles oficiais sobre as atividades delegadas;</li> <li>✓ Ausência de participação dos profissionais no sistema de notificação de doenças;</li> <li>✓ Disponibilidade de relação desatualizada dos MV habilitados e cadastrados, apenas para público interno ou externo e para algumas atividades delegadas;</li> <li>✓ Ausência de planejamento para aprimoramento da interface com os profissionais e de incentivo à notificação.</li> </ul>	<p>3. Os profissionais realizam notificações de enfermidades junto ao SVE? Existe regularidade? De que forma é feita? (consultar relatório pré-auditória DSA itens 2.3.8 e 2.3.11)</p>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Participação na concessão de atividades ao setor privado;</li> <li>✓ Monitoramento regular, execução parcial do planejamento de controles oficiais sobre as atividades delegadas, adoção esporádica de medidas administrativas sobre as competências delegadas;</li> <li>✓ Participação esporádica dos profissionais no sistema de notificação de algumas doenças/síndromes;</li> <li>✓ Disponibilidade de relação atualizada dos MV habilitados e cadastrados, para público interno e externo e para a maioria das atividades delegadas;</li> <li>✓ Ausência de planejamento, mas com execução esporádica de ações para aprimoramento da interface com os profissionais e de incentivo à notificação.</li> </ul>	<p>4. A relação dos profissionais habilitados e cadastrados está disponível a todas as unidades do SVE e ao público externo? De que forma (site, intranet, drive) para público interno e de que forma para público externo? Todas as unidades têm facilidade de acesso à listagem do estado?</p> <p>5. Existem ações direcionadas e planejadas do SVE em relação aos MVs habilitados/cadastrados/credenciados para aprimoramento das ações delegadas? (aprimoramento da interface e fortalecimento das ações de vigilância e notificação).</p> <p><b>Observação:</b> atividades delegáveis: emissão de GTA (terrestres e aquáticos), MVs habilitados e cadastrados do PNCEBT, PNSE, MVs</p>

4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Participação na concessão de atividades ao setor privado;</li> <li>✓ Monitoramento e execução regular do planejamento de controles oficiais sobre as atividades delegadas na maioria das unidades, adoção regular de medidas administrativas sobre as competências delegadas;</li> <li>✓ Participação regular dos profissionais no sistema de notificação da maioria das doenças/síndromes;</li> <li>✓ Disponibilidade de relação atualizada dos MV habilitados e cadastrados, para público interno e externo e para a maioria das atividades delegadas;</li> <li>✓ Cumprimento parcial de planejamento para aprimoramento da interface com os profissionais e de incentivo à notificação.</li> </ul>	<i>credenciados para emissão de CIS-E/GTS, responsáveis técnicos por eventos de aglomeração.</i>
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Participação na concessão de atividades ao setor privado;</li> <li>✓ Monitoramento e execução regular do planejamento de controles oficiais sobre as atividades delegadas em todas das unidades, adoção regular de medidas administrativas sobre as competências delegadas;</li> <li>✓ Participação regular dos profissionais no sistema de notificação da maioria das doenças/síndromes;</li> <li>✓ Disponibilidade de relação atualizada dos MV habilitados e cadastrados, para público interno e externo e para todas as atividades delegadas;</li> <li>✓ Cumprimento integral de planejamento para aprimoramento da interface com os profissionais e de incentivo à notificação.</li> </ul>	

### 3.3. Interação com instituições

#### 3.3.1. Sistema de inspeção

Capacidade do SVE de interagir com os serviços de inspeção de produtos de origem animal, gerando resultados efetivos em vigilância, controle de doenças animais e de interesse da saúde pública.

Níveis de avanço		Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de fluxo de informações entre serviços de inspeção (SIF, SIE, SIM) e o serviço de saúde animal do SVE;</li> <li>✓ Ausência de registros de notificação, pelos serviços de inspeção, de suspeitas de doenças que requerem notificação imediata ou de interesse para a saúde pública;</li> </ul>	<p>1. Quantos estabelecimentos (matadouros, laticínios e entrepostos de pescados) estão registrados nos serviços de inspeção sanitária (SIM, SIE e SIF) com acompanhamento de médico veterinário oficial?</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Não utiliza dados da inspeção para direcionar ações de saúde animal (educação, comunicação, vigilância, outras).</li> </ul>	
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de fluxo de informações entre serviços de inspeção (SIF, SIE, SIM) e o serviço de saúde animal do SVE;</li> <li>✓ Registro(s) há mais de quatro anos de notificação pelos serviços de inspeção de suspeitas de doenças que requerem notificação imediata ou de interesse para a saúde pública;</li> <li>✓ Utiliza esporadicamente dados da inspeção para direcionar ações de saúde animal (educação, comunicação, vigilância, outras).</li> </ul>	<p>2. Existe fluxo de informações sobre achados de inspeção (SIF, SIE, SIM) relativos a doenças de notificação obrigatória para a área de saúde animal? Há comunicação sobre ocorrência de doenças ou eventos para a inspeção que permita eventual direcionamento de atividade no abate (abate de emergência antes ou ao final do turno, abate em matadouro sanitário, outros)? Existe procedimento instituído padronizado para ambos os fluxos? Há registros?</p> <p>3. Ocorre notificação pelos serviços de inspeção de suspeita de enfermidades de notificação obrigatória (SV, SH, SRN, doenças endêmicas e zoonoses de interesse em saúde pública)? Há alguma evidência de que isso tenha ocorrido nos últimos anos?</p> <p>4. O SV utiliza as informações da inspeção para o direcionamento das ações de saúde animal, como p. ex. educação e/ou comunicação em saúde animal, planejamento da vigilância, outras)?</p>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existência de fluxo de informações entre serviço de inspeção (apenas SIF ou SIE) e o serviço de saúde animal do SVE;</li> <li>✓ Registro(s) entre três e quatro anos de notificação, pelos serviços de inspeção, de suspeitas de doenças que requerem notificação imediata ou de interesse para a saúde pública;</li> <li>✓ Utiliza rotineiramente dados da inspeção para direcionar ações de saúde animal (educação, comunicação, vigilância, outras), apenas para doenças de notificação imediata.</li> </ul>	
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existência de fluxo de informações entre serviço de inspeção (SIF e SIE) e o serviço de saúde animal do SVE;</li> <li>✓ Registro(s) entre um e quatro anos de notificação, pelos serviços de inspeção, de suspeitas de doenças que requerem notificação imediata ou de interesse para a saúde pública;</li> <li>✓ Utiliza rotineiramente dados da inspeção para direcionar ações de saúde animal (educação, comunicação, vigilância, outras), para doenças de notificação imediata e de interesse para a saúde pública.</li> </ul>	
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existência de fluxo de informações entre serviço de inspeção (SIF, SIE e SIM) e o serviço de saúde animal do SVE;</li> <li>✓ Registro(s) nos últimos 12 meses de notificação, pelos serviços de inspeção, de suspeitas de doenças que requerem notificação obrigatória;</li> </ul>	

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Utiliza rotineiramente dados da inspeção para direcionar ações de saúde animal (educação, comunicação, vigilância, outras) para doenças de notificação imediata e de interesse para a saúde pública.</li> </ul>	
--	--	--

### 3.3. Interação com instituições

#### 3.3.2. Sistema Único de Saúde (zoonoses)

Capacidade do SVE de interagir e se articular com as secretarias municipais de saúde para abordagem integrada que reconhece a conexão entre saúde humana e animal.

		Níveis de avanço	Fontes de verificação
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de interação formalizada entre SVE e secretarias municipais de saúde;</li> <li>✓ Ausência de fluxo estabelecido de informação entre SVE e secretarias municipais de saúde;</li> <li>✓ Ausência de ações articuladas ou conjuntas entre SVE e secretarias de saúde.</li> </ul>		Consideram-se temas objeto de comunicações entre SVE e secretarias de saúde municipais: ocorrência de mormo, raiva, influenza aviária, influenza suína, febre do Nilo ocidental, tuberculose, brucelose, varíola, outros.
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Eventual interação formalizada entre SVE e secretarias municipais de saúde de alguns municípios;</li> <li>✓ Eventual fluxo de informação entre SVE e secretarias municipais de saúde;</li> <li>✓ Ausência de ações articuladas ou conjuntas entre SVE e secretarias de saúde.</li> </ul>		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Existe procedimento formalizado para interação entre SVE e secretarias municipais de saúde? Os eventos de interesse a serem comunicados estão definidos? (zoonoses, outros) Quais são eles?</li> <li>2. Existe fluxo de informação por meio de procedimentos estabelecidos mutuamente para ambas as instituições?</li> </ol>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Eventual interação formalizada entre SVE e secretarias municipais de saúde de alguns municípios;</li> <li>✓ Fluxo regular de informação entre SVE e secretarias municipais de saúde para alguns temas;</li> <li>✓ Eventuais ações articuladas ou conjuntas entre SVE e secretarias de saúde.</li> </ul>		<ol style="list-style-type: none"> <li>3. Há registros de comunicações relativas a ocorrências de mormo, raiva, influenza aviária e suína, febre do Nilo ocidental, tuberculose, brucelose, varíola, ou outras doenças?</li> <li>4. Ocorre notificação imediata pelo SVE de suspeita ou ocorrência de doenças ou eventos de interesse das secretarias de saúde? Há algum registro de que isso tenha ocorrido?</li> </ol>
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Interação regular formalizada entre SVE e secretarias municipais de saúde da maioria dos municípios;</li> <li>✓ Fluxo regular de informação entre SVE e secretarias municipais de saúde para diversos temas;</li> </ul>		<ol style="list-style-type: none"> <li>5. Ocorre notificação imediata pelas secretarias de saúde de suspeita ou ocorrência de doenças, eventos de toxinfecções alimentares ou outros como produtos clandestinos no varejo de interesse do SVE? Há algum registro de que isso tenha ocorrido? As notificações sobre</li> </ol>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Regularidade de ações articuladas ou conjuntas entre SVE e secretarias de saúde.</li> </ul>	toxinfecções alimentares e produtos clandestinos são compartilhadas pelo SVE com seu respectivo serviço de inspeção?
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Interação regular formalizada entre SVE e secretarias municipais de saúde da maioria dos municípios;</li> <li>✓ Fluxo regular de informação entre SVE e secretarias municipais de saúde para diversos temas;</li> <li>✓ Regularidade de ações articuladas ou conjuntas, planejadas entre SVE e secretarias de saúde.</li> </ul>	<p>6. As notificações recebidas das secretarias de saúde resultam em ações de vigilância ou fiscalização do SVE?</p> <p>7. Ocorrem ações articuladas ou conjuntas do SVE com as secretarias municipais de saúde (p. ex CIEVS - Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde) em nível estadual/municipal? Quais assuntos são abordados? Existe planejamento para a execução destas ações? Há registros dessas ações no período avaliado nesta auditoria?</p>